



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - N° 045 - SÁBADO, 12 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1)
1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES)
2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR)	Suplentes de Secretário
1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB)	1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
	3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
	4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).
 2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 50ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE ABRIL DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR ADELMIR SANTANA – Anuncia apresentação de projeto de lei para padronizar regra de publicação de balanço das empresas.

9258

SENADOR PAULO PAIM – Sustenta a decisão do Senado Federal que aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003, que extingue o fator previdenciário. Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, que “fixa a idade mínima.” Apelo ao governo chinês pela paz no Tibete.

9259

SENADOR PAPALEO PAES – Protesto contra notícias veiculadas pela imprensa, atribuindo ao Senado à culpa do agravamento da crise financeira da Previdência Social. Lamenta o sucateamento das Forças Armadas brasileiras.

9264

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentário sobre entrevista concedida pelo Senador Tião Viana à revista **ISTOÉ**. Registro do artigo “A banalização da safadesa”, do jornalista Augusto Nunes.

9269

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Comentários sobre a precariedade do produtor rural do Estado do Acre e sobre as declarações do Presidente Lula durante visita a Holanda.

9284

SENADOR MÃO SANTA – Apelo à Câmara dos Deputados para que confirme a decisão de aprovação, pelo Senado, de projetos que beneficiam aposentados e pensionistas.

9284

SENADOR PEDRO SIMON – Indignação com a corrupção que se alastrá pelo País e com a violência urbana.

9288

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Transformação da Sessão Especial do Senado destinada a comemorar o bicentenário do Poder Judiciário e a homenagear a Ministra Ellen Gracie, em Sessão Solene do Congresso Nacional, a ser

realizada no dia 15 próximo, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal.

9296

1.2.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Comentário sobre matéria publicada no jornal **Valor Econômico**. Alerta sobre a falta de mão-de-obra especializada no País.

9296

SENADOR MARCO MACIEL – Solicita seja feita a transcrição do artigo “20 anos sem Antonio Farias”, de autoria de Gustavo Krause, publicado no **Jornal do Commercio**, de 5 de abril do corrente.

9297

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 12, referentes à Medida Provisória nº 423, de 2008.

9299

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 53ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 50^a Sessão Não Deliberativa, em 11 de abril de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Mão Santa, Geraldo Mesquita Jr., e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana sem prejuízo da ordem de inscrição.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, trago ao conhecimento do Plenário desta Casa um problema de natureza legislativa que é da maior importância para as empresas que atuam no Brasil e para o mercado de uma forma geral.

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, alterou a Lei das Sociedades Anônimas para harmonizar os procedimentos contábeis brasileiros com as normas internacionais, inserindo ainda mais as nossas empresas no mercado global.

Esta lei também determinou que as sociedades de grande porte – sociedades limitadas com ativos superiores a R\$240 milhões ou receita bruta anual maior do que R\$300 milhões – observem os mesmos procedimentos contábeis das sociedades anônimas.

Todavia, conforme matéria publicada no jornal **Valor Econômico**, do dia 7 de abril de 2008, há uma omissão do texto da lei que pode resultar em incertezas jurídicas.

Trata-se da obrigatoriedade ou não da publicação das demonstrações contábeis das sociedades de grande porte, para fins de registro nas Juntas Comerciais.

Dante da lacuna, é possível, por exemplo, que a Junta Comercial de São Paulo exija a publicação dos balanços e a Junta Comercial do Rio de Janeiro diga que não há essa necessidade.

É possível ainda que algumas empresas levem o assunto ao Judiciário, o que é absolutamente indesejável e fonte de aumento de custos, com efeitos negativos para o próprio consumidor.

Para suprir essa lacuna da lei e para aumentar a segurança jurídica do ambiente microeconômico, apresentaremos, nos próximos dias, projeto de lei para padronizar a regra de publicação de balanços, quando do registro das empresas nas Juntas Comerciais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este tema é de clara natureza federativa, pois envolve todos os estados brasileiros. O Senado, que é, por excelência, a Casa da Federação, tem o dever de enfrentar essa questão.

O projeto de lei que apresentarei nos próximos dias irá corrigir essa fonte de incerteza, que já se manifesta concretamente nas consultas formuladas pelas empresas junto aos escritórios de advocacia e às Juntas Comerciais.

Estou convicto, Sr. Presidente, de que este é o verdadeiro papel do Poder Legislativo: trabalhar em consonância com as reais necessidades da sociedade organizada.

Projetos e temas como este muitas vezes não ocupam os noticiários porque são temas complexos, mas se prestam a colaborar, efetivamente, com o crescimento econômico.

E o nosso partido, o Democratas, está comprometido, sim, com uma Agenda Positiva para o Senado e para o País. Eis aqui a maior demonstração!

Sr. Presidente, Srs. Líderes e Srs. Senadores, desde já, gostaria de receber as opiniões e sugestões dos Senadores, das organizações empresariais, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, das Juntas Comerciais, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e de outras instituições para que o nosso projeto seja o mais adequado possível.

Sr. Presidente, este nosso pronunciamento é decorrência de notícias veiculadas no último dia 7, segundo as quais algumas empresas fazem consultas a advogados e a Juntas comerciais para saber como proceder em relação a essa alteração feita pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que, em seu art. 3º, ao criar essas exigências para as grandes empresas com faturamento acima de R\$300 milhões, assim dispõe:

Art. 3º. Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 [que é a que regula as sociedades anônimas], sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Aqui foi excluída, ou foi esquecida, a questão da publicação, e aí fica a critério de cada uma das Juntas Comerciais, como enfoquei no nosso pronunciamento, criando certamente uma dualidade de procedimentos: algumas exigindo a publicação, outras não. Mas o pior é que essas empresas podem recorrer à Justiça e não fazer uma coisa nem outra. É importante que a gente saiba que temos muitas empresas de tamanho econômico grandioso que são sociedades limitadas e, em sendo sociedades limitadas, são regidas por essa lei que não exige a publicação dos seus balanços.

É importante para a segurança econômica do País, para a informação dos agentes econômicos, que nós busquemos rapidamente preencher essa lacuna da lei recentemente promulgada. O nosso objetivo, Sr. Presidente, com este pronunciamento é chamar a atenção dos Srs. Senadores, das instituições envolvidas com as questões comerciais, das Juntas Comerciais, para a necessidade de se buscar uma rápida alteração desses princípios legislativos.

O projeto que pretendemos apresentar será um projeto simples, apenas objetivando criar um mecanismo comum a todas as Juntas Comerciais do Brasil.

Quero, portanto, solicitar a ajuda dos Srs. Senadores, de todas essas instituições, nestes próximos dias. Aqueles que tiverem alguma colaboração a fazer nessa área, que nos remetam, porque já estamos com o projeto praticamente pronto, aguardando, nesses próximos dias, algum pronunciamento nessa direção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era esse o comunicado que tínhamos a fazer nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Adelmir Santana.

Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Paulo Paim, sem prejuízo na ordem das inscrições.

V. Ex^a terá 20 minutos para seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sena-

dor Papaléo Paes, Senador Adelmir Santana, Senador Mão Santa, vou falar sobre outro assunto hoje. Vou falar sobre a luta do povo do Tibete.

Mas antes, Sr. Presidente, eu queria só dizer algo para aqueles que contestam a decisão do Senado de ter aprovado nesta semana, por unanimidade – não teve um que votou contra –, o Projeto 296, que apresentei em 2003, que termina definitivamente com o fator previdenciário. Um crime, Sr. Presidente, esse fator previdenciário. Eu digo que não existe em nenhum país, nem na iniciativa privada, em matéria de fundos de previdência. Ontem, um jornalista me disse: “Eu acho que nem no inferno adotaram ainda esse tal de fator previdenciário.

Eu digo àqueles que contestam que atentem, Senador Mão Santa – pegando um termo seu –, pois nós apresentamos também a PEC nº 10, da idade mínima. Que não venham com o discurso fajuta de dizer: “Ah, só se discute a idade mínima. Está aí a PEC nº 10 apresentada, onde eu fixo a idade mínima. E mostrei a todos os Senadores, por isso eles votaram a favor. Eles sabiam que ninguém estava agindo de forma irresponsável. Nós enfrentamos aquilo que alguns não quiseram enfrentar.

Falam em idade mínima, mas não apresentaram nenhuma proposta aqui de idade mínima. Eu tive a assinatura da maioria dos Senadores e apresentei. V. Ex^a assinou, Senador Papaléo Paes, o Senador Adelmir Santana assinou, nosso querido Mão Santa assinou também. Está lá a PEC nº 10, que fixa a idade mínima. Uns vêm aqui e dizem: “Não, mas só se for com a idade mínima. Cadê a idade mínima?” É só pegar a PEC nº 10, está lá, está resolvido.

Quanto ao debate se há ou não receita para estender para os aposentados, eu aceito o debate em qualquer lugar que me convidarem. Não me importa onde. Vou mostrar, com a maior tranquilidade, que essa mixaria que estão pedindo os aposentados dá, sim, para garantir, conforme foi a aprovação aqui no Senado, porque são 4,3% de um Orçamento como o nosso, que chega a quase R\$4 trilhões – o superávit da Seguridade Social ultrapassa R\$60 bilhões; são R\$63,7 bilhões. O que são R\$3,5 bilhões para beneficiar oito milhões de pessoas que estão vendo seu salário diminuir ano a ano? Se pegarmos os últimos dez anos, o prejuízo chega a ser de 70%.

Então, se quiserem um debate qualificado, eu estou disposto a fazer.

Só quero dizer que aqueles que contestam foram aqueles que, no passado, diziam que aumentar salário mínimo era bobagem. Sempre diziam isso, e

eu continuei insistindo. Graças a Deus, hoje o salário mínimo tem o valor correspondente, àquela época em que diziam aquilo, ao dobro do poder de compra. Diziam que era bobagem querer que ele ultrapassasse a barreira de US\$100, que ia quebrar o País. Hoje, o salário mínimo vale US\$245. Eu dizia que isso era uma forma de reativar o mercado interno. Hoje o empresariado, Senador Adelmir Santana, está voltando os olhos, mais do que nunca, para esse consumidor de baixa renda, que está ganhando um pouco mais. A economia nunca esteve tão bem como está neste momento. Mas existem algumas personagens que, se não estão no centro do debate, batem contra, de forma inconseqüente, conforme a minha avaliação. Se o chapéu servir para alguém, que use, até porque nós estamos precisando que chova um pouco mais no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, já fiz não um desabafo, mas me coloco inteiramente à disposição. Se quiserem que eu vá à Câmara, me convidem. Convidem-me para um debate na Câmara dos Deputados que eu vou lá dialogar na Comissão Mista, se quiserem, na comissão específica, no plenário do Senado e da Câmara dos Deputados. Eu vou, sou autor do projeto, seria irresponsável da minha parte não querer debater o tema.

Enfim, acho que o povo brasileiro está acompanhando esse debate, sabe que temos razão. Dá para melhorar, sim, o benefício do aposentando, dá para acabar com o fator e aplicar a idade mínima nos mesmos princípios daquilo que eu chamo universal: trabalhadores da área pública e privada terão os mesmos direitos. O servidor não perde nada, eu apenas estou equiparando o princípio das oitenta maiores contribuições de 1994 para cá, para efeito de aposentadoria. E coloco também a idade mínima, que o servidor já tem – o servidor público já tem idade mínima –, com regra de transição. É claro que eu coloco também a regra de transição, com o mesmo espírito do que foi feito, a partir de 2003, para os servidores públicos.

Mas quero falar de paz, se me permitir. Estou muito tranquilo quanto a este tema. Sr. Presidente, vou falar porque, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, não poderia deixar de vir à tribuna do Senado da República para falar sobre o que está acontecendo no Tibete.

Sr. Presidente, todos sabem da minha admiração pelo Dalai Lama, porque já usei frases dele aqui, no Senado e na Câmara, por centenas de vezes. Tenho uma admiração por Dalai Lama e me identifico, com certeza, com a sua política de paz. Assim como

Gandhi, ele defende a não-violência, que considero um projeto que o mundo inteiro deveria abraçar.

O que acontece no Tibete, o que o Tibete está vivendo, com certeza, está hoje sob os olhares atentos de toda a humanidade. Pode ser que nem todos concordem com a forma como o Tibete defende a sua independência, mas também tenho certeza de que grande parte da população do mundo não concorda com as ações do governo chinês.

Há 50 anos, o Tibete é dominado pela China. Os conflitos entre a China e o Tibete são históricos. A China afirma que o Tibete faz parte do seu território desde meados do século XIII e que deve ficar sob o comando de Pequim. Os conflitos acontecem justamente porque a região do Himalaia, segundo muitos tibetanos, ficou independente por muitos séculos, nem sempre sob o domínio chinês.

Entre 1911 e 1950, o Tibete foi considerado um país independente. Isso só mudou quando Mao Tsé-Tung, liderando a Revolução Chinesa, alcançou o poder na China, em 1949.

No Tibete, política e religião acabaram formando um Estado teocrático.

O líder do Tibete, o 14º Dalai Lama, que significa, em mongol, oceano de sabedoria, nasceu em 1935 e adotou o nome de Tenzin Gyatso.

Em virtude das mudanças ocorridas com o domínio de Mao Tsé-Tung, o mestre Dalai Lama teve que fugir do Tibete e, como líder espiritual dos tibetanos, viaja pelo mundo afora defendendo autonomia para sua terra natal.

Em 1989, aconteceu um fato gravíssimo, com que o mundo todo ficou chocado: o exército chinês realizou um massacre de manifestantes na Praça da Paz Celestial. Foi um momento doloroso para os tibetanos, que acabou fazendo com que a causa da independência do Tibete ganhasse muita força junto à opinião pública mundial.

Exilado na Índia, junto com mais de cem mil refugiados tibetanos, o Dalai Lama pregou a não-violência. Os acontecimentos que temos acompanhado nos últimos anos estão fazendo com que ele passe momentos muito difíceis. Ele mesmo diz que sua mente – diz o Dalai Lama – está confusa e desconcentrada. Sente-se triste e abatido, vendo os tibetanos sofrendo maus-tratos e prisões arbitrárias que podem estar sendo praticadas. Diz que está vivendo o mesmo sentimento daqueles dias de março de 1959, quando os militares chineses invadiram Lhasa.

Ele conta que os chineses estavam determinados a invadir, e os tibetanos, a resistir. Ele queria apazigar

os ânimos e esperava que as coisas se acalmassem, mas sua vida corria perigo e, por isso, ele teve que sair do Tibete.

O governo chinês não procura manter diálogo com o governo tibetano no exílio, que tem sua base hoje na Índia.

A China acusa os tibetanos no exílio de, sob a liderança de Dalai Lama, estarem interessados somente em separar o Tibete da terra-mãe. Mas o Dalai Lama segue reafirmando a sua intenção de não querer nada além da autonomia da região.

O Dalai Lama afirma que sempre respeitou o povo chinês, o comunismo chinês. Ele sabe que muitos dos manifestantes tibetanos têm ideologia comunista, e hoje, inclusive, precisa enfrentar o fato de que muitos dos jovens tibetanos são a favor de ações mais violentas no enfrentamento do governo chinês – do que ele discorda.

Segundo noticiou a imprensa, a alegação do governo chinês para suas ações é de que deseja ‘reforçar as campanhas de educação patriótica nos mosteiros tibetanos, a fim de moldar as opiniões dos monges e afastá-los de seu líder’.

Pequim responsabiliza o Dalai Lama pelas revoltas que estão acontecendo. A notícia de que monges budistas teriam sido presos depois de realizarem uma passeata para marcar os 49 anos de um levante tibetano contra o domínio chinês provocou revolta. As ações comandadas pelo governo chinês estão repercutindo de forma muito forte junto à opinião pública mundial.

Sr. Presidente, a China vai sediar as próximas Olimpíadas, em 8 de agosto; e os conflitos no Tibete estão fazendo com que a população mundial questione o que está acontecendo no momento lá naquele país.

Uma vez que um país usa da violência para coagir seus cidadãos e renegar seus ideais, talvez, como muitos dizem, não seja o lugar mais adequado para a celebração do esporte e dos valores olímpicos.

A tocha olímpica, que percorre treze mil quilômetros ao redor do mundo, passando por vinte países em cinco continentes, incluindo o Tibete, está se confrontando com protestos em todos os locais por que passa. A última informação que recebi é de que, na Argentina, teremos a tocha olímpica passando num sentido e se dirigindo à China; e, pelo outro lado, na contramão, outra tocha – a da liberdade e da igualdade – mostrando o contrário.

Londres, por onde a tocha olímpica passou no domingo, foi alvo de sérias manifestações a favor do Tibete, assim como já havia acontecido na Grécia, na Rússia e na Turquia.

Diversas personalidades do mundo têm se manifestado contrárias ao que está acontecendo na China em relação aos tibetanos.

O ator Richard Gere diz que é muito bom ver o mundo se mobilizando em favor da causa do Tibete. O Bispo Desmond Tutu, que recebeu o prêmio Nobel da Paz, declarou sua posição contrária à forma como a China está tratando essa questão, Senador Mão Santa.

Pequim, por sua vez, está apertando sua política de renovação de vistos, temerosa da presença de ativistas e manifestantes nas Olimpíadas, o que tem criado um grande questionamento em relação à postura do governo chinês.

O governo chinês está descontente também com a Índia pelo fato de ela dar abrigo a alguém que eles consideram, no mínimo, adversário.

A imprensa noticiou que a China tenta intervir em decisões do governo indiano, tomando atitudes como a de exigir que fosse cancelado o encontro do Dalai Lama com o Vice-Presidente da Índia, Hamid Ansari.

O Centro Tibetano para Direitos Humanos e Democracia, Senador Mesquita Júnior, afirma que a China já prendeu 2.300 pessoas em sua campanha devido à questão do Tibete.

Os números divulgados por Pequim são menores. Eles afirmam que se trata de “uma revolta de um pequeno grupo de forças hostis que não representam a vontade popular”.

Imaginem, Sr's e Srs. Senadores, como deve ser difícil para um homem da paz, um homem cuja vida era centrada no equilíbrio, como é o caso do Mestre Dalai Lama, o momento que está atravessando. Lembramos que o Dalai Lama recebeu inclusive o Prêmio Nobel da Paz em 1989, e agora vê sua gente sendo vítima desse confronto, estando no centro dessa violência que por ele sempre foi rejeitada.

Nós estamos diante de um triste cenário, em que a liberdade está sendo violentada, cerceada. Liberdade e respeito não são apenas palavras. Exigem prática. Cada ser humano – e falo aqui como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, com muito orgulho, do Senado da República – tem, Presidente Mão Santa, o dever de defender a expressão de opiniões e o direito de ir e vir. Devemos ter o direito, cada vez mais, de lutar para que, em todo o mundo, haja uma política que, em primeiro lugar, dê liberdade e igualdade de oportunidades. Cabe a cada um respeitar o seu semelhante, ouvir o que ele tem a dizer. Em meio a conflitos, é preciso que se tenha em mente que somos todos seres humanos. Na verdade, fazemos parte

de um grande todo, e a paz que faltar a um de nós – a um de nós – deve inquietar a todos.

Sr. Presidente, entendo eu que esse movimento há de repercutir em todo o planeta, em nome, repito, da paz, da igualdade e da liberdade.

Senador Mão Santa, V. Ex^a tem marcado aqui a tribuna do Senado com grandes citações. Eu citaria, para terminar, uma frase do Mestre Maior, o Mestre dos Mestres. Nossa Maior Mestre, Jesus, disse um dia aos seus seguidores:

Vosso próximo é o vosso eu desconhecido tornado visível. Sua face se refletirá em vossas águas tranqüilas, e, se as contemplardes, vereis vosso próprio semblante. [É o princípio do espelho.] Se, à noite, prestardes ouvidos, ouvireis suas falas, e suas palavras serão o pulsar de seu próprio coração. Sede para ele aquilo que gostaríeis que ele fosse para vós.

Quando olhar para alguém, exija, você mesmo, que a sua ação faça com que ele tenha uma reação, a partir desse momento, para consigo mesmo.

Sr. Presidente, espero que esses conflitos tenham fim, que a autonomia do Tibete seja respeitada, e que o seu grande líder possa, como sempre digo, voltar para casa, para junto do seu povo.

Espero que a não-violência prevaleça e que o mundo todo se mobilize em solidariedade à paz e à liberdade.

Terminei com as palavras do líder Dalai Lama, que disse: "Melhorar o mundo é melhorar seres humanos. A compaixão e a compreensão da igualdade de todos os seres é que nos dá força interior".

Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, estava aguardando o encerramento do seu brilhante discurso, mas era exatamente para fazer justiça. Eu ainda não tinha tido oportunidade para isso, após a votação que nós tivemos de assuntos importantes, cuja responsabilidade foi de V. Ex^a, na última terça-feira. Eu queria deixar registrado aqui publicamente o reconhecimento pela sua luta a favor dos aposentados, registrar principalmente sua responsabilidade em apresentar todos os pré-requisitos que pudesse fortalecer sua tese de defesa permanente dos salários dos aposentados. Digo que V. Ex^a é um homem responsável, que realmente dedicou-se durante toda sua vida de sindicalista, das suas atividades profissionais, às causas sociais, e, na última terça-feira, nós tivemos coroados aqui...

(Interrupção do som.)

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – com muita alegria para todos nós e aquela sensação, até repassada a todos nós, do dever cumprido, da obrigação cumprida com os aposentados, que estão, ao longo desses últimos anos, tendo seus salários corroídos, tornando indigna até a vida dessas pessoas por problemas salariais que tinham, que sempre tiveram amparo legal, mas que, realmente, isso foi se defasando e os prejudicou. Senador, meu registro é exatamente este, de reconhecimento a V. Ex^a. Claro que nós tivemos a participação de muitos outros Senadores, de muitas personalidades, com seus apoios, mas fica com V. Ex^a o reconhecimento desta Casa, a homenagem desta Casa pela sua coragem, pela sua determinação e, principalmente, pela responsabilidade como conduziu todo esse processo a favor dos aposentados. Era esse o registro que, com muita honra, eu queria fazer a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, agradeço a V. Ex^a. De fato, tratei desse tema no meu pronunciamento.

Quando falo aqui do Dalai Lama, estou querendo que o seu espírito de paz, de igualdade e de justiça interaja com o Congresso Nacional, para, efetivamente, defendermos o assalariado, o aposentado e o pensionista. Como V. Ex^a reafirmou, o fator previdenciário beneficia 30 milhões de trabalhadores que estão em atividade, e o outro beneficia os que estão aposentados.

Alguém me disse, Senador Mesquita, que alguém teria dito: "Mas o Paim tem 1.200 projetos! Ele aponta o benefício para o Estado e não aponta a fonte". Errado! Faltou com a verdade. Tenho, sim, 1.258 projetos, para começar, e defendo todos, um por um. Senador Adelmir Santana, mais de 90% são para interagir com a iniciativa privada, e menos de 10% são com o Estado. É mais um diálogo que sei que estamos mantendo e em que estamos avançando.

Então, não fique preocupado, porque muitos desses 1.258 projetos já foram copiados por aqueles que os criticam – muitos. E, se bobearem, um dia começo a falar de um por um e digo quem inclusive os copiou.

Como estou com paz e alegria, estou muito desarmado...

Senador Mozarildo, um aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, quero, mais uma vez, porque já o fiz em outras ocasiões, parabenizá-lo pela iniciativa do projeto, que alivia um pouco a situação dos nossos aposentados e pensionistas. E fico realmente estarrecido, pois tenho assistido a comentários na televisão e lido nos jornais que o Senado aumenta as despesas, aumenta

o rombo da Previdência, e eles não enfocam a verdade profunda dessa questão, como V. Ex^a abordou muito bem no seu pronunciamento. O que o Estado brasileiro, o que Governo Federal tem que fazer é gastar menos com coisas supérfluas e gastar como qualquer família faz: qualquer família séria gasta primeiro com saúde, educação, alimentação, e, só por último, com luxo, com vestuário, com festa. O Governo brasileiro, o Governo Lula, principalmente, faz o contrário. É muita propaganda, muita festa – estão aí os cartões corporativos para comprovar isso – , e outros e outros escândalos, e não se preocupa com coisas muito mais importantes, como é o caso dos nossos velhinhos. Falo aqui como médico. V. Ex^a, que é um estudioso da questão, sabe disso. É a faixa etária que mais exige que a pessoa gaste com remédios de uso contínuo, que mais exige cuidados especiais com a alimentação. Enfim, é uma retribuição que a Nação dá a essas pessoas que dedicaram a sua vida a trabalhar pelo Brasil. Então, quero dizer que estou ao lado de V. Ex^a. Nós temos que lutar, sim, e o Governo tem que aprender, com as donas de casa, com os chefes de família sérios, como é que se administra o orçamento: tem que deixar de gastar com besteira e gastar com as coisas que realmente são importantes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, V. Ex^a tem reafirmado sempre sua disposição em favor dessa pauta positiva. Nós, aqui no Senado, ao contrário da imagem que alguns tentam vender, estamos para a sociedade, agora, com uma pauta positiva. Não é só MP, nem só CPI, para ficar bem aqui em uma posição equilibrada. Estamos discutindo saúde. Estamos discutindo a questão dos aposentados.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, já vou concluir.

Estamos discutindo a questão da saúde, a questão dos assalariados, a questão dos aposentados, a questão dos pensionistas. A pauta agora é positiva. É a partir do Senado, com a sociedade. É uma pauta dos mais variados temas, com iniciativa dos Senadores e das Senadoras.

Espero, já que há um acordo de votar mais três MP, e sei que todos vamos concluir... Mas, votadas essas três, vamos votar outros projetos de Senadores e Senadoras para depois termos as outras medidas provisórias. Sei que vêm mais seis já prontas aqui para a Câmara. Vamos fazer isso.

Se, neste momento, acordamos que era o projeto dos aposentados e assalariados, que contempla 30 milhões de assalariados e 8 milhões de aposentados,

e também a saúde, vamos entrar com projetos de outros Senadores nessa pauta positiva, porque o Senado pode dar um norte para a sociedade.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ouço V. Ex^a, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paulo Paim, é só para comentar a história da medida provisória. Tenho votado agora sistematicamente contra. Não entro nem no mérito. É porque realmente é a forma como se, desculpe o termo, avacalhou essa questão do uso da medida provisória. Não dá para sermos coniventes. “Agora se justifica essa por causa disso.” “Agora vamos aprovar essa para destrancar a pauta para aprovar o projeto tal.” Temos que ter uma postura mais rígida com o Governo, para que realmente ele mande a Câmara aprovar a mudança no rito e nos procedimentos da medida provisória. Não que estejamos dizendo que não precisamos da medida provisória. Precisamos, mas não dessa maneira escancarada e abusiva como está aí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Até porque independe de quem for do Governo. Tenho essa visão. Temos que mudar o rito das medidas provisórias. Não importa quem esteja no governo, neste ou naquele momento. É uma questão de bom senso.

Sempre digo – fui constituinte, e admitimos o erro: erramos lá na Constituição. V. Ex^a também. Lembro-me também agora de V. Ex^a, Senador Mozarildo; estamos aqui tanto tempo com V. Ex^a... Fomos constituintes, erramos! Venderam-nos a imagem de que iria passar o parlamentarismo, e todos fomos lá a favor da medida provisória. E passou o presidencialismo no plebiscito!

Então, houve um equívoco, vamos ajustar! E V. Ex^a é feliz, e menos radical do que eu até. V. Ex^a diz: “Não é que eu seja contra terminar com o instituto da medida provisória.” Sou obrigado a confessar que, entre esses meus 1.258 projetos, há um que acaba com o instituto da medida provisória, mas V. Ex^a está com muito mais equilíbrio.

Vamos, pelo menos, restringir a forma como se editam as medidas provisórias. E diria até as CPIs também, Senador – permita-me que diga isso! Tenho uma outra visão também, quero expressar aqui em um minuto, de que não dá mais para termos tantas CPI e daí vermos que algumas delas, como infelizmente está acontecendo, acabam caindo no descrédito total junto à população. Teríamos que ajustar talvez, pelo equilíbrio de V. Ex^a, Senador Mozarildo, a questão das CPIs e

também das medidas provisórias. Enfim, acho que dá para fazermos um bom debate, e a sociedade exige que isso aconteça. Vamos, com certeza, avançar!

Termino, Senador Mão Santa, ainda nestes meus dois minutos, com um pensamento do Dalai Lama que condiz com este momento. O que ele diz na última parte?

Se só pensarmos em nós mesmos [ou seja, se olharmos somente para o nosso umbigo], nossa mente fica restrita. Podemos-nos tornar mais felizes e, da mesma forma, comunidades, países, se pensarmos, de forma solidária, na construção de um mundo melhor.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela oportunidade e pelo tempo que V. Ex^a me concedeu para que eu falasse um pouco de solidariedade, de paz, de fraternidade.

Eu terminaria dizendo que, em relação à questão do Tibete, em nenhum momento queria que este discurso fosse entendido como um discurso contra a China, contra aquela visão que não aceita o Tibete. Sempre digo que procuro falar a favor das causas – permita-me dizer-lhe, Senador Mesquita Júnior, já que essa frase é um pouco sua, e V. Ex^a a trabalha muito melhor do que eu. Quero ser a favor da causa, e não contra ninguém. Não é nada contra o povo da China, contra aquele setor que não concorda com o Tibete. Estou defendendo a liberdade, a não-violência, e quero mais é que as Olimpíadas sejam lá na China, mas que seja dada também a independência ao povo do Tibete.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, hoje, apresenta-se como um Senador herói, e herói é aquele que enfrenta as dificuldades, independentemente das consequências que virão.

Queremos, então, cumprimentá-lo e agradecer também a Deus por ter participado dessa luta como Relator da derrubada do fator previdenciário. V. Ex^a, na sua competência, disse que o nosso País é o único onde há esse fator. Como País cristão, não podíamos ficar marcados, na história do mundo, como perseguidores, como quem não respeita os nossos velhinhos aposentados.

Convidamos para usar da palavra, de acordo com a lista de oradores, o Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que entender conveniente, ao tempo em que me congratulo com V. Ex^a pelo belo pronunciamento que fez no Dia Mundial da Saúde, quando comemorávamos o aniversário da Organização Mundial da Saúde. Gostaria de cumprimentá-lo e também agradecer por, duas vezes, ter citado meu nome naquele documento muito importante para a saúde do Brasil.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sras e os Srs. Senadores e volto à questão tratada no aparte que fiz ao Senador Paulo Paim, com referência à sua participação efetiva, justa, responsável a favor dos aposentados. O Senador Mozarildo, por sua vez, fez um comentário realmente extremamente interessante. De outro lado, temos, na televisão, os comentários negativos de que o Senado aprova um projeto que vai cada vez mais afundar a Previdência Social.

Realmente, penso que é falta de conhecimento ou até de responsabilidade comentar o fato da maneira como está fazendo grande parte da imprensa. Acredito que isso faz também parte desse processo de tentativa de desgaste desta Casa Legislativa, porque, se formos fazer uma análise da opinião pública, esta Casa, o Senado Federal, goza, sim, de grande credibilidade, e creio que isso está incomodando algum grupo, algum setor político que quer realmente participar – ou que está participando – diretamente desse processo de tentativa de desmoralização ou enfraquecimento da Casa.

Então, fica aqui o meu protesto, principalmente por usarem o resgate de um direito dos aposentados como uma atitude que eles chamam de irresponsabilidade da Casa.

Ouço o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Caro amigo Senador Papaléo, eu estava aqui me colocando para fazer um aparte ao Senador Paim, mas, em nome da disciplina – o tempo dele estava esgotando –, eu me segurei. Como V. Ex^a ressurge com o assunto, aquilo que eu queria dizer no aparte ao Senador Paim, que não fiz, permita-me dizer agora. A imprensa repercutiu o que fizemos anteontem à noite aqui e, em linhas gerais, de forma negativa, afirmando que, na oportunidade que nós tivemos, fora as medidas provisórias, de legislar, nós geramos despesas. Ou seja,

segundo a imprensa, o Senado Federal, quando aprecia projetos de autoria de seus próprios membros, ele o faz para gerar despesas. A interpretação disso: o que é gerar despesas? Nós extinguimos uma brutalidade que se abatia sobre os trabalhadores brasileiros: o fator previdenciário – uma brutalidade, uma coisa perversa. E, de certa forma, alinhamos o mecanismo de reajuste dos valores recebidos pelos aposentados com o daqueles trabalhadores que estão na ativa, ou seja, a partir do com o salário mínimo. Senador Papaléo, a sociedade é constituída, funciona, se move... Olhe o que nós temos: temos o conjunto de trabalhadores, o conjunto de empresários, o conjunto do Sistema Financeiro Nacional, o próprio Estado, que é um elemento nesse conjunto aí todo, e toda vez que se imagina a solução de problemas no nosso País, é sempre pelo lado mais fraco. Eu fico preocupado porque, a partir do raciocínio de algumas pessoas, daqui a pouco os trabalhadores vão ter que pagar para trabalhar; ao invés de receberem; ao invés de usufruírem as contribuições que, durante mais de 35 anos, ofereceram ao sistema previdenciário para terem uma aposentadoria justa, daqui a pouco os trabalhadores vão ter que pagar para trabalhar. Ora, por que não se pensa em mexer... Tudo bem; todos nós temos que ter preocupação com a Previdência do nosso País; ela não pode quebrar, ela não pode sofrer reveses que sinalizem para uma situação de difícil solução. No entanto, por que tem de ser sempre do lado do trabalhador? Por que é sempre o trabalhador aquele que é chamado a emprestar o seu sacrifício? Eu fico impressionado com isso. Se o Estado, por exemplo, suprimir as elevadas taxas de corrupção, o desperdício, próprio de um Estado perdidário como o nosso; se o Estado emprestar todo o seu esforço para conter a sonegação neste País, que é imensa, eu tenho certeza absoluta de que, só aí, Senador Papaléo, já reuniríamos recursos suficientes para equilibrarmos a Previdência. Então, desculpando-me pelo aparte longo, digo que o início de sua fala me permitiu trazer essas reflexões. Fico impressionado com a análise da imprensa. Creio que alguns setores da imprensa são, por assim dizer, açodados e colocam análises que não se fazem acompanhar de uma profunda reflexão, de uma profunda pesquisa. Agora, me preocupa, sim, a análise feita por uma especialista como a Miriam Leitão. A ela cabe contra-argumentar, e a nós oferecermos a ela argumentos. E tenho argumentos que, modestamente, devo oferecer em respeito à jornalista Miriam Leitão, cujos artigos diariamente nós lemos aqui, porque sua análise é, sim, equilibrada, profunda, calcada em informes técnicos. Que ela nos

permita também abrir um pouco essa análise. Por que só os trabalhadores têm de pagar essa conta? E aqui quero me colocar na linha de tiro, como V. Ex^a já se colocou, ao lado do Senador Paim, que está levando uma tinta danada por suas iniciativas. Fala-se da iniciativa dele em onerar a Previdência, mas não se fala que, ao mesmo tempo em que ele propõe o fim de um mecanismo cruel contra os trabalhadores, o fator previdenciário, ele protocola, no Senado Federal, uma outra condição, a da idade mínima, mexendo na idade mínima para a aposentadoria. Ora, isso é irresponsabilidade, Senador Papaléo? Creio que isso é legislar com extrema responsabilidade, sem, contudo, abrir mão dos compromissos que tem com o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Quero aqui me colocar na linha de tiro, junto com o Senador Paim, junto com V. Ex^a, junto com o Senador Adelmir, com o Senador Mão Santa, com o Senador Mozarildo e com todos os que defendem o que defendemos aqui anteontem à noite. Desculpe mais uma vez o alongado aparte e muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pelo contrário, eu quero é agradecer a V. Ex^a, que, com o seu aparte, esclareceu de uma maneira minuciosa muitos pontos, que realmente fazem com que, cada vez mais, as pessoas que estão se inteirando do assunto vejam no Senador Paim a responsabilidade de um Parlamentar competente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permit-me uma frase, Senador Papaléo? Sabe por que esse debate é bom? Porque as pessoas não sabiam nem que existia o tal do fator previdenciário. Agora, quando eles ficarem sabendo que perderiam a metade daquilo a que tinham direito quando da aposentadoria e que nós derrubamos isso... E, ainda mais, nós estamos tendo a ousadia de colocar a idade mínima, de que muitos falam, mas ninguém colocou. Nós colocamos, e V. Ex^as assinaram junto comigo que vamos enfrentar o debate da idade mínima. Por isso, estou muito tranquilo. O Senado está de parabéns e o povo brasileiro está batendo palmas para o Senado. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Exataamente, esse debate populariza um assunto muito importante, que acaba ficando restrito a uma cúpula. E não interessa que isso fique só nesse grupo de pessoas da sociedade.

Mas já que estamos falando de trabalhadores, eu trouxe um assunto também de suma importância para o País e que se relaciona com o tema.

Sr^as e Srs. Senadores, é lamentável a forma como o Governo vem tratando os militares e as Forças Armadas de uma maneira geral.

As nossas Forças, que já foram exemplo para congêneres de outras partes do mundo, caminham de forma célera para o sucateamento. Programas sensíveis para manter as nossas Forças Armadas preparadas para defender o Brasil estão sendo sutilmente postos de lado, apesar dos discursos cheios de metáforas futebolísticas do Senhor Presidente. O programa do submarino movido à energia nuclear, por exemplo, segue a passos de tartaruga e nossa frota de superfície está sendo sucateada a um ritmo tal que em alguns anos é possível prever que não teremos mais Marinha.

O Exército não conta com tanques de guerra modernos ou equipamentos de combate que possam fazer frente, de maneira adequada, a possíveis ameaças na região amazônica, como os grupos terroristas das FARC e similares.

A Força Aérea, que já esteve, em princípios da década de 1970, em pé de igualdade com os países de ponta, tem caças obsoletos, com baixo poder de fogo e incapacidade de defender adequadamente o Território Nacional.

Além disso, as capitais da região Norte de nosso País e nossa Capital Federal, inclusive, não contam com sistema de vigilância adequado para proteção do nosso espaço aéreo.

Se não bastasse a situação precaríssima de nossas forças de defesa do ponto de vista militar, deve-se considerar que o Governo Federal está, progressivamente, desestimulando os melhores recursos humanos de nossas Forças Armadas. De um lado, centenas de promissores oficiais pensam seriamente em seguir outras profissões, diante da falta de perspectiva na caserna, do baixo prestígio das carreiras militares e também porque o Governo Federal se recusa a oferecer aumentos salariais condignos.

O resultado é que centenas de homens e mulheres qualificados estão abandonando as Forças Armadas e procurando outros concursos públicos que remunorem melhor, ou mesmo, com o conhecimento adquirido nos anos de serviços prestados ao País, obtendo posições vantajosas na iniciativa privada.

Sr. Presidente, os Ministros das pastas do Planejamento e da Defesa, respectivamente os Srs. Paulo Bernardo e Nelson Jobim, estão a brincar com a segurança nacional. Formar quadros militares é trabalho que demanda décadas. Esses Ministros, no entanto, parecem desconhecer isso.

As negociações salariais foram suspensas em janeiro sob a alegação de redução da arrecadação tributária com o fim da CPMF. Os jornais, todos eles, demonstram, no entanto, que, após o fim da contribuição, nunca o Governo arrecadou tanto dinheiro na história deste País.

Ou o Governo mente e está a enganar os militares, ou tem um plano deliberado para desmontar as nossas Forças Armadas. Na pior das hipóteses, o atual Governo, tão competente em gastar com cartões corporativos, produzir "mensalões", redigir dossiês e envergonhar com escândalos toda a Nação brasileira, está a serviço de nações estrangeiros que visam colocar o Brasil de joelhos.

Eu, com muita honra, concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo, quero, digamos assim, assinar embaixo de tudo que V. Ex^a falou. Nós, que somos da Amazônia, principalmente, sabemos o quanto estão em penúria as Forças Armadas naquela região, como no Brasil todo. É verdade que as Forças Armadas... Vimos depoimentos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dos três comandantes – da Marinha, do Exército e da Aeronáutica –, e o quadro que foi mostrado é realmente de estarrecer. Há um adágio latino que diz: "se queres a paz, prepara-te para a guerra". Um país não pode pensar em ter paz se não se preparar para sua defesa. No caso do Brasil, paulatinamente, de maneira acentuada no Governo Lula, os militares, como pessoas, como profissionais, estão sendo desestimulados, porque não têm a remuneração adequada, e seus equipamentos estão sucateados. Então, realmente é preciso tomar uma medida forte. Proponho que possamos, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e também com a colaboração de outros Senadores, de outras Comissões, formar uma comissão especial do Senado para tratar deste assunto em profundidade, no que tange à remuneração dos militares e a situação dos equipamentos. Como está hoje, Senador Papaléo, os militares vão de manhã para os quartéis e voltam para almoçar em casa porque não têm rancho mais nos quartéis. E o salário é cada vez mais aviltante. Talvez o ranço que liga este Governo ao governo militar, dirigidos por um grupo de militares, pode estar norteando essa reação silenciosa e malandra contra as Forças Armadas no Brasil.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – V. Ex^a falou muito bem. Tenho isso como raciocínio. Acho que é hora de dar o troco, entre aspas.

Senador Mozarildo, nós, que somos da Região Norte, da Amazônia, sabemos o quanto nossas fronteiras estão enfraquecidas por falta de condições de defesa por parte das nossas Forças Armadas. É até triste dizer isso, mas quando o povo ouve as declarações das autoridades de que temos destacamentos de fronteiras, é preciso esclarecer: muito bem; temos a presença da instituição, mas aquelas pessoas praticamente só têm, por exemplo, uma farda, um rifle FAL ou um PARAFAL, qualquer coisa assim.

É uma vergonha, realmente, a situação em que o País, o Governo brasileiro deixou as Forças Armadas. Degradou emocionalmente e materialmente as nossas Forças Armadas. Precisamos, sim, lutar para recuperar a dignidade das Armas brasileiras, que realmente está muito abalada.

O atual Governo, Senador Mozarildo, ofende a todos os militares, aqueles que, em última instância, estão dispostos a defender o Brasil com a própria vida, se for preciso. Enquanto membros do atual Partido no poder se divertem com cartões, os militares brasileiros, aqueles que dariam a vida por este País, estão em situação calamitosa.

Sr. Presidente Senador Mão Santa, Srs. Senadores, o quadro é gravíssimo e demanda atenção urgente das Pastas do Planejamento, da Defesa e do próprio Presidente da República.

Repto: ou o Governo Federal age agora, tanto no reaparelhamento físico de nossas Forças Armadas quanto na melhoria das condições salariais de nossas tropas, ou, dentro em breve, as Forças Armadas brasileiras serão apenas uma lembrança do passado.

Aí, este País estará aberto a todo o tipo de ameaça vinda do estrangeiro, e, especialmente nós, amazônicas, sabemos que os abutres estão apenas esperando as chaves para abrir as portas do nosso Brasil.

Finalizando, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar – e isso interessa a todos nós dos ex-territórios e do ex-distrito federal – a promessa do Senador Romero Jucá durante à discussão da Medida Provisória nº 401, de 2007, que reajustou o salário dos policiais e bombeiros do Distrito Federal.

Essa matéria foi muito discutida aqui nesta Casa, mas foram feitos acordos sem nos consultar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a poderá usar o tempo que achar conveniente, pelo importante pronunciamento que está fazendo à Nação brasileira.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, nós ficamos alheios a essa discussão. Viemos tomar conhecimento de que já havia um “acordão” por debaixo dos panos, para aprovar a Medida Provisória nº 401, uma emenda injusta contra os ex-territórios. Por quê? Nós vimos a brilhante defesa do Senador Adelmir Santana, por meio de um relatório, fazendo justiça aos servidores policiais do Distrito Federal. Muito bem; isso é indubitável, direito deles. Agora, o nosso direito, o direito dos policiais do ex-territórios e do ex-distrito federal, o Estado do Rio de Janeiro, ficou aviltado, ficou sonegado.

Por isso, Senador Mozarildo, nós fizemos aquele movimento aqui e recebemos do Senador Romero Jucá o seu comprometimento. Ele comprometeu-se aqui. Não gostou muito na hora em que eu lhe disse: “Dê um prazo; dê data”. Ele disse que seria dado até o final do ano. E eu: “Não, dê data”. Ele aí vinculou ao reajuste dos militares das Forças Armadas; vinculou a isso.

Então, o compromisso dele é de que o reajuste dos servidores dos ex-territórios – Amapá, Rondônia e Roraima – e o ex-distrito federal, Rio de Janeiro, seria tratado juntamente com o aumento dos militares. Nós continuamos esperando que a promessa do Senador Jucá seja cumprida. Lembrando, Senador Mozarildo – e eu quero com muita honra ouvi-lo –, que nós já tivemos o mesmo processo nesta Casa em uma sessão de reajuste dos servidores do Distrito Federal. Naquele momento, entre os que se comprometeram em nome do Governo, estava o Senador Aloizio Mercadante. Aí sim, aí eu digo que isso desmoraliza a Casa: pessoas, representantes do povo, nós, Senadores, vímos aqui nos comprometermos publicamente com uma causa justa e, depois, não cumprimos. Não se comprometa então. Não dê sua palavra. Então, aquele que dá sua palavra aqui, desta tribuna, representando o seu Estado, tem que cumpri-la, ou, então, não a dê.

Assim, o que desmoraliza a Casa é a falta de cumprimento de compromissos, a falta de cumprimento da palavra dada.

Senador Mozarildo Cavalcanti, com muita honra, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo Paes, como Senador de um ex-território, não poderia deixar de me associar a V. Ex^a por suas palavras. Realmente, todos nós, Senadores dos ex-territórios, assinamos um documento. Mas acho que essa história de vincular esse aumento ao dos militares é uma forma de empurrar com a barriga, jogar para trás, é vincular um compromisso a algo para que não se tem data prevista. V. Ex^a está aqui nessa luta desde quando assumiu. Mas

nós estamos aqui lutando, desde a época da transformação dos territórios em Estado, para que o Governo entenda que o que está em extinção são os quadros dos ex-territórios. O que o Governo, na prática, está fazendo é a extinção dos funcionários, porque não dão os aumentos, não dão as promoções funcionais tanto para os militares, quanto para os civis também. Hoje, os Deputados Federais, tanto do Amapá quanto de Roraima, lutam por isso, e nós, aqui, também lutamos. E o Governo Federal se faz de mouco: assume compromisso aqui pelo seu Líder e, depois, não cumpre. Pelo menos estamos fazendo de novo a nossa parte, que é a de falar, exigir, cobrar. Estou com V. Ex^a nessa luta.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) –Agradeço a V. Ex^a, que é realmente um grande participante dessa luta. Lembro aqui que pegamos as notas taquigráficas daquela noite e vimos que, realmente, surpreendemos o Governo com a reação que tivemos aqui dentro.

Pelas notas, o Senador Jucá, no momento em que S. Ex^a quer firmar o compromisso, diz o seguinte:

O que eu fiz? Mantive contato com o Ministro Paulo Bernardo e recebi a garantia do Ministro Paulo Bernardo de que o aumento dos militares dos ex-territórios será tratado quando da discussão do aumento dos militares ou do aumento do pessoal civil.

Então, o que nós queremos é o cumprimento dessa promessa. E, aí, ele realmente assina até um documento, segundo o qual... Realmente os policiais ficam para lá e para cá; grupos de policiais se quotizando, porque o salário não dá para ficar pagando passagem, não; eles ficam fazendo coleta nas associações para poder garantir o seu direito.

E aqui, na **Folha Online**, do dia 9: "Lula anuncia na próxima semana reajuste salarial aos militares de até 37%". Não é isso, a pretensão não é essa. Nós queremos a justiça do mesmo reajuste que foi dado aos servidores militares do Distrito Federal.

Com muita honra, eu recebi um material muito bom da Tenente PM Socorro Modesto, que é Presidente da Associação dos Policiais Militares do ex-Território Federal do Amapá, no qual há uma série de justificativas que comprovam realmente a injustiça que o Governo comete. E injustiça diante de quê? Porque existe uma lei, que não está sendo cumprida para que o direito dos nossos servidores policiais militares seja atendido como a própria lei manda.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço a paciência. Esse é um assunto importante, porque trata de direitos, e de direitos nós não podemos abrir mão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá, queremos nos solidarizar a S. Ex^a em relação a sua preocupação com as Forças Armadas do nosso Brasil.

Senador Eurípedes, sou do tempo em que Olavo Bilac cantava: "*Criança! Não verás nenhum país como este!*". Olavo Bilac inspirou o Governo e o Brasil a que os seus jovens passassem pelo serviço militar reservista, e sou fruto dessa inspiração. Feliz da nossa geração, porque, no passado, o Exército irradiava, levantava essa bandeira em que está escrito o lema de Augusto Comte, positivista: "*Ordem e Progresso*".

Tive o privilégio de ver a minha geração atender ao chamamento de Olavo Bilac, sendo reservista. Havia os tiros de guerra, os batalhões. E a mocidade, como eu, que estudava nas universidades públicas federais sérias, era chamada para fazer o CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. E eu o fiz e convivi. Acho, Geraldo Mesquita, que isso foi importante na minha formação. Aprendi a amar a Pátria, aprendi princípios de liderança, de disciplina, a entender a mensagem da bandeira brasileira. Eu acho e me preocupo.

Ontem eu vi Mozarildo Cavalcanti apreensivo. Este Brasil, temos que repensar; está explodindo em todos os lugares. Adentra essa esperança nas virtudes do homem e da mulher do Brasil, Pedro Simon. Em Roraima, guerra pela terra, pela incompreensão, pelo desrespeito à Justiça. Ontem, ela saltou alto. Ela brilhou, como disse Aristóteles. Esteve mais alta do que a coroa dos santos e brilhou mais do que a coroa dos reis. Mas estão explodindo os momentos de... Na nossa Universidade de Brasília, pelo mau exemplo dos seus dirigentes, a mocidade é chamada a participar.

Então, nós nos preocupamos com o Exército brasileiro, com a Marinha e com a Aeronáutica.

Atentai bem, Pedro Simon! Um quadro vale por dez mil palavras.

Senador Mozarildo, no Rio de Janeiro, tenho uma filha fazendo pós-graduação em Medicina. Senador Geraldo Mesquita, encheu-me de satisfação o dia que ela se formou na Universidade de Brasília. E há uma liturgia muito bonita. Eles chamam para colocar o anel e entregar o diploma quando a formanda é filha de médico ou de médica. E eu subi para entregar o meu anel a Daniela. Foi então que o professor disse que se tratava de um Senador da República, Mão Santa, e nós recebemos, não por mim, mas pelo Senado da República, o respeito, os aplausos daquele povo. Mas a emoção era grande.

Pedro Simon, outro dia, no Rio de Janeiro, um general me disse: Senador Mão Santa, eu lhe vejo muito no Senado. Olhe, Senador, isso me preocupa. Sou general reformado. A festa mais bela que existia no nosso Exército, na nossa Marinha e na Aeronáutica era a formatura dos cadetes; era a cena em que o pai era chamado para entregar a sua espada. Ele dizia, Geraldo Mesquita – atentai bem, Luiz Inácio, que há muito tempo, um general, um almirante, um brigadeiro não entrega a espada para o filho. Eles estão desencantados com o que aí está. Eu gostaria que eles tivessem o mesmo entusiasmo que tive ao entregar o meu anel à Daniela.

Pedro Simon, recebi um contracheque, somando-se ao pronunciamento de Papaléo Paes, do General. Ele ganha R\$4 mil, um general do Exército brasileiro. É hora de repensarmos isso. É hora de fazer parar.

Continuando a lista de oradores inscritos, chamamos para usar da palavra esse extraordinário Senador que ontem, pela madrugada afora, eu vi o seu pronunciamento, defendendo a justiça da distribuição de terra para os que querem trabalhar no vizinho Estado de Roraima. V. Ex^a foi muito brilhante, contundente. Aquilo é um pronunciamento.

Senador Eurípedes, V. Ex^a é puro. Foi um dos mais brilhantes Senadores que passou por aqui, suplente que engrandece o suplente.

V. Ex^a foi o único que vi, quando terminou o seu prazo de Suplente, ser homenageado pelos Senadores.

Mas queria dizer que o Mozarildo alertava o Presidente da República. E eu recordava uma frase que ouvi de um general mexicano que governou aquele país, de que era melhor um adversário que lhe levava a verdade do que um aliado que o enganava e mentia. E a verdade são as palavras de Mozarildo, que foi o primeiro que teve coragem de denunciar essas ONGs que desmoralizam toda a ética e decência do nosso Brasil.

Com a palavra, Mozarildo. V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelas palavras elogiosas e pela deferência.

Quero, antes de começar o assunto do meu pronunciamento, dizer que vou, domingo, a Roraima, designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, conseqüentemente, pelo Senado Federal, para fazer uma inspeção *in loco* da situação em que

se encontra a reserva indígena Raposa Serra do Sol e dos seus moradores, índios e não-índios.

Infelizmente, vou, Presidente Mão Santa, quando a operação foi suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal, porque, senão, iria no meio do fogo cruzado, mas iria de qualquer forma. Está definido; vou, inclusive com o apoio da Consultoria Legislativa do Senado, para que possamos fazer um trabalho. Pela quarta vez, vou àquela região: duas, presidindo uma comissão temporária externa; e agora, como representante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e do Senado.

Mas, hoje, Sr. Presidente, quero falar do Congresso Nacional, quero falar especialmente do Senado Federal. Vou me valer não dos meus pensamentos somente; vou me valer de entrevistas de dois Presidentes do Senado: o Presidente Tião Viana, que interinamente ficou na Presidência entre a saída do Senador Renan Calheiros e a eleição do Presidente Garibaldi Alves Filho.

Em entrevista concedida a *IstoÉ* em 14 de novembro de 2007, o Senador Tião Viana fez vários comentários. Quero destacar alguns, Presidente Mão Santa, e pedir que toda a entrevista seja transcrita na íntegra como parte integrante do meu pronunciamento.

O título da entrevista já diz tudo praticamente:

“O toma lá, dá cá, não faz bem à democracia. O Presidente interino do Senado diz que o Governo Lula não comprehende o Congresso e que o Judiciário age por vaidade”.

Sr. Presidente, o Senador Tião Viana é do PT. E, portanto, com a autoridade da isenção partidária, diz claramente que o Presidente Lula não comprehende o Congresso. Aliás, o Presidente Lula, quando deixou de ser Deputado ou quando ainda estava como Deputado, disse que na Câmara havia trezentos picaretas. Ele realmente não tem apreço ao Congresso Nacional e tem feito de tudo para que o Congresso seja desprestigiado, desmoralizado e, acima de tudo, diminuído perante a opinião pública. Mas vou ler aqui partes da entrevista do Senador Tião Viana.

Depois dessas informações iniciais, diz o seguinte:

“Há uma doença crônica nos Governos do Brasil. E é uma doença que o Governo Lula também tem. O Ministro Mares Guia [que já saiu] (das Relações Institucionais), por exemplo, transita bem na relação pessoal, mas não conseguiu compreender o que é o Senado.”

E parece também que o atual Ministro também não sabe o que é o Senado. Mas será que o Presidente Lula não tem inteligência para saber ter um interlocutor adequado com o Senado?

Mas vai mais além o então Presidente Tião Viana, quando deu a entrevista.

“Um Governo que fica restrito a uma relação política com o Legislativo que se limita à liberação de verbas orçamentárias e nomeação de cargos não está à altura de compreender a importância histórica do Poder Legislativo [Quero repetir que isso são palavras do Senador Tião Viana, quando estava na Presidência do Senado.] Isso não faz bem à democracia. O toma-lá-dá-cá apequena qualquer governo. Não cabe esse tipo de visão. Infelizmente, os dois últimos Governos, Fernando Henrique e Lula, têm o mesmo enfoque sobre o que representa o Congresso. Isso não faz bem.”

Ora, Sr. Presidente Mão Santa, se existe um toma-lá-dá-cá, existe, portanto, quem dá e quem toma. É claro – e isso está nas palavras do Senador Tião Viana, naquela altura Presidente do Senado – que realmente o Presidente Lula pratica esse tipo de coisa com o Congresso Nacional. E o que é pior, os Parlamentares acabam por se curvar a essa realidade que, segundo o Senador Tião Viana diz, já vem de vários Governos. Mas não me interessa saber o que aconteceu no Governo do Fernando Henrique, quero saber o que está acontecendo no Governo Lula, que está no seu segundo mandato.

E o que diz agora o atual Presidente? Depois de um brilhante pronunciamento, por sinal de estréia do nosso ano legislativo, ele deu uma entrevista à revista **Veja** e disse quase as mesmas palavras do Senador Tião Viana. Diz-se sobre o Senador Garibaldi Alves, atual Presidente: “*O senador diz que o Parlamento está agonizante e que muitos políticos usam o mandato apenas em proveito próprio*”. “*O Legislativo não é mais uma voz da sociedade nem uma caixa de ressonância. Está meio sem função*”.

O Presidente Garibaldi Alves, na revista **Veja** – antes eu me referia ao Senador Tião Viana –, diz ainda mais:

“Há muita gente boa no Congresso, mas a maioria está desanimada. Muita gente está lá apenas para aprovar umas emendazinhas e conseguir uns cargos para se reeleger. A maioria dos parlamentares segue a lógica de votar com o governo, liberar as emendas, em-

placar um cargo para um aliado e colher os dividendos nas eleições seguintes. Os políticos se contentam com isso e, sem saber, fazem um mal danado ao Legislativo. A Casa pode desmoronar do jeito que vai.”

Vou-lhe conceder um aparte, Senador Pedro Simon, mas deixe-me terminar só mais algumas citações do Presidente Garibaldi.

A repórter perguntou: “E os pontos fracos?”. Ele diz:

O problema é que Lula vê as coisas com certo maniqueísmo. Tudo o que ele faz é bom. E quem fala mal dele, até quando é uma crítica bem-intencionada, é ruim. Então, ele passou a ser um divisor de águas, um dono da verdade. É lógico que existem falhas no Governo dele. A reforma agrária dele não é boa. Ele não segura a exacerbção do MST. A política do Lula para o homem do campo é muito ruim. No Nordeste não tem mais ninguém [E é um nordestino que está falando aqui, Senador Pedro Simon e Senador Mão Santa] vivendo direito da agricultura. Não existe grande produtor, não existe médio e o agricultor familiar só planta para subsistência. Outra falha é a falta de política de desenvolvimento regional, de investimento nas vocações econômicas das regiões.”

E aqui de novo quero solicitar que também – como li da entrevista do Senador Tião Viana, eu li só pontos da entrevista do Senador Garibaldi – a entrevista toda seja transcrita como parte integrante do meu pronunciamento.

Mas antes de ir à frente, eu quero ouvir o Senador Pedro Simon, com muito prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a não calcula como eu fico feliz com o seu pronunciamento. Eu estou com a entrevista do Presidente Garibaldi na minha gaveta, mas eu não queria ser o primeiro a tocar nesse assunto. Como eu me identifico mil por cento com o que ele está falando e como, não com o brilho dele, mas são teses que eu também venho falando, eu esperava e estranhava a não vinda desse debate. V. Ex^a é o segundo. Primeiro foi o Senador Cristovam. O Senador Cristovam foi para a tribuna salientar a entrevista do Presidente, estranhando que esta Casa não a tenha discutido, não a tenha debatido e não a tenha analisado. V. Ex^a vem agora no mesmo assunto e eu pretendo vir a este assunto semana que vem. Eu acho que o Senador Garibaldi foi inspirado. Eu li, reli, reli a entrevista dele, e é muito interessante. Eu

tenho dito, e disse para ele: ele fez uma entrevista caminhando num fio de arame e sem sombrinha. Mas não tem uma palavra a mais e não tem uma palavra a menos. Ele não foi para agressão nem no Congresso. Ninguém de nós pode se sentir ofendido e muito menos o Presidente Lula. Mas ele disse as coisas que chegaram ao clímax. O que nós temos que fazer é um exame pessoal, porque todos nós, Senador, por ação ou omissão, somos culpados. Eu sou culpado. Porque, na verdade, o que é estou fazendo para mudar isso? Estou aqui há 25 anos e sei lá o que fiz. A verdade é que hoje está muito pior do que 25 anos atrás. Vinte e cinco anos atrás era ditadura e agora é democracia. Vinte e cinco anos atrás era um “general Presidente”, entre aspas, indicado pelas Forças Armadas. Hoje é um Presidente eleito e reeleito pelo voto popular. Vinte e cinco anos atrás era um Congresso sob o peso do AI-5, que poderia ser cassado a qualquer momento sem receber satisfação. Hoje nós somos democracia, nós fomos eleitos pelo povo, o povo olha para nós e temos liberdade absoluta de fazer o que quisermos. Vinte e cinco anos atrás havia o decreto-lei. O Presidente da República baixava, vinha para o Congresso, e se nós não votássemos em tantos dias era considerado aprovado, estava resolvido. Hoje, a Constituinte criou a tal medida provisória, que é dez vezes pior que o decreto-lei, porque o decreto-lei não podia ser renovado e, a medida provisória, tem uma aí que está sendo renovada a vigésima quinta vez. Então a situação é ruim, muito ruim! E não vejo, Sr. Presidente, me desculpe... Primeiro, com todo o respeito às lideranças, porque nunca vivi uma época em que o Senado é a liderança. Quem não é líder e quem não é amigo do líder fica que nem eu, que nem o Senador Mão Santa. Ficamos conversando entre nós, mas poder de fazer alguma coisa não temos. A Mesa não se reúne com a gente – nem tem por que se reunir –, reúne-se com os líderes. Mas alguma coisa tem que ser feita. Eu acho que o discurso de V. Ex^a chama nesse sentido. Faça V. Ex^a, Senador Mão Santa. Vamos nos reunir, vamos marcar uma reunião em uma comissão; convocamos as pessoas que querem ver. Eu lhe daria um conselho de irmão: mande cópia desse seu pronunciamento e cópia da entrevista para os 81 Senadores, e diga-lhes: Vamos nos reunir para ver o que se pode fazer. É muito duro o que ele disse. Mas, na verdade, ele tem razão, nós estamos na UTI! O Congresso brasileiro está na UTI, e nós não estamos nos dando conta. Nós não estamos nos dando conta! Daqui a pouco, vamos ficar falando sozinhos, ninguém vai ligar para nossa cara.

E nós não estamos nos dando conta. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.)
– Agradeço, Senador Pedro Simon.

E é justamente por concordar com esse diagnóstico que fizeram tanto Senador Tião Viana, quando estava interinamente na Presidência, quanto o Senador Garibaldi Alves, que está agora Presidente, é que estou fazendo este pronunciamento e usando as palavras dele, para não dizer que isso eu estou tirando de minha cabeça agora. Porque, eventualmente, não gosto das atitudes do Presidente Lula em muitas coisas, e digo isso claramente. Não gosto no que tange ao meu Estado, porque ele só toma atitudes maléficas ao meu Estado. Não gosto no que tange ao Brasil em relação à saúde. E aqui houve o caso da CPMF, em que sofri ameaças pessoais contra a liberação de minhas emendas. Realmente não liberaram. E eu disse que se o preço a pagar era não ter minhas emendas liberadas, o que é uma corrupção oficial feita pelo Governo, eu pagava esse preço. Mas a maldade que estava sendo feita era com o meu Estado, com os meus municípios e com as instituições como a Universidade Federal de Roraima. Da mesma forma, tentaram me corromper, dizendo que o Governo Federal resolveria o problema das terras de Roraima se eu votasse a favor da CPMF. Ora, uma coisa a que nós temos direito, e o Governo Federal teima em não resolver. E eu também não concordo.

Então, é aquilo que diz o Presidente Garibaldi que o Presidente Lula não quer ouvir ninguém que discorde dele; ele só quer ouvir quem diga que ele está ótimo, que é perfeito, que essa popularidade medida nas pesquisas é infalível. E achar que essa pesquisa aí, por exemplo, a maioria da população que está dizendo sim, será que ela não equivale àquela maioria que condenou Jesus Cristo na pesquisa que foi feita por Pilatos? A maioria preferiu Barrabás, não Cristo. Condenou Cristo a ser crucificado. Então essas maiorias eventuais não significam que realmente ele esteja correto. E não está!

E quero ler aqui um outro artigo, uma parte de um outro artigo, escrito pelo jornalista Augusto Nunes, cujo título é *A banalização da safadeza*. Não vou ler todo, mas vou pedir, da mesma forma, que se torne parte integrante do meu pronunciamento. Ele fala a respeito do Ministro Hage, da Controladoria-Geral da União, faz comentários sobre o Ministro, sobre a postura do Ministro na questão dos cartões corporativos, e aqui tem a frase brilhante do Ministro:

"Isto é a escandalização do nada", caprichou o controlador ao decidir que não havia motivo nenhum para a barulheira da imprensa em torno da gasta com os cartões corporativos. A frase pegou fogo na floresta. "Isso é a escandalização do nada", repetiu a ministra Dilma Rousseff, aplicando a invenção de Hage ao dossiê montado no Gabinete Civil para prejudicar FHC.

Não existe pecado do lado de baixo do Equador, vem reiterando há cinco anos o tratamento do cúmplice concedido por Lula à bandidagemcompanheira. Mas faltava a frase que resumisse a grande ópera da safadeza.

Graças a Jorge Harge, agora não falta mais nada.

Quer dizer, a escandalização do nada, a questão dos cartões corporativos. Vejam que o Poder Executivo é o grande corruptor. Tem razão o Senador Mão Santa. E vamos ficar agora aqui omissos e não fazer nada? Vamos, pelo menos, tentar no Senado, em que somos apenas 81. Na Câmara, são 513. Sei que é mais difícil. Os partidos, como disse o Senador Pedro Simon, por meio dos seus Líderes e Vice-Líderes, comandam tudo. Realmente é difícil, mas vamos começar, vamos dar o passo.

No meu pronunciamento aqui, na primeira sessão deste ano legislativo, li alguns pontos que quero reler, Senador Mão Santa, para que começemos a agir. Esses Senadores que não ficam atrelados a decisões que dependem de liberação de emendas ou de nomeação de cargos ou de favores ou de ficar com medo do favoritismo nas pesquisas do Presidente Lula, vamos discutir alguns pontos. Primeiro, uma reforma tributária ampla que reduza a carga de impostos pagos pela população. O Governo disse que mandou para a Câmara. Será que o Governo vai deixar sair da Câmara, já que ele controla, de maneira absurda, a Câmara dos Deputados? Mas, se sair – e vamos forçar para que saia –, vamos fazer aqui realmente uma reforma para valer. Já fizemos um pedacinho de reforma há alguns anos.

Posição contrária à criação e aumento de impostos. Temos que ter essa posição e não criar aqui, amanhã, por causa de um motivo qualquer, um imposto porque vai atender isso ou aquilo e achar que é uma causa justa. Vamos acabar com isso. Acabamos com a CPMF. Que mal fez para o Brasil?

Pelo contrário, deixou R\$46 bilhões na mão, no bolso das donas-de-casa; no bolso daquele que ia receber o seu salário no banco e tinha que pagar o im-

posto para retirá-lo. Agora, ele está com esse dinheiro para comprar o que quiser. Fizemos isso, e vamos fazer mais.

Ajuste fiscal. Vamos cobrar do Governo Federal que aprenda a gastar como gastam as donas-de-casa, o chefe de família: só gastam o que ganham, não gastam mais do que o que ganham. E não gastam primeiro com festa do que com saúde; não gastam primeiro com luxo do que com alimentação. E neste Governo é o que se faz.

Reforma política. Uma reforma política que atenda, de maneira igual, os Estados pequenos e os Estados grandes, porque existe uma reforma política proposta que cristaliza, torna definitiva a hegemonia dos Estados grandes sobre os Estados pequenos.

Regulamentação das medidas provisórias reduzindo-as ao estritamente necessário e legal. Eu digo regulamentação porque o que está na Câmara dos Deputados é uma proposta aprovada aqui, que eu acho, realmente, não deveria nem existir. Talvez o decreto-lei, como disse o Senador Simon, fosse melhor, porque não pode ser reeditado. Mas, pelo menos, se essa figura continuar, que seja freada, regulamentada e realmente só o extremamente necessário seja feito. Eu já estou votando contra todas elas, porque, se começarmos a condescender com uma porque é desta cor, com outra porque é da outra cor, vamos condescender com todas.

Redução dos cargos comissionados de livre preenchimento e nomeação. O Governo Lula criou 26 mil cargos comissionados – cargos para botar cupinhas. Cupinhas! E cupinhas do PT ou dos seus Partidos aliados para... Inclusive, os do PT descontam um percentual para o Partido.

Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon, com muito prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a se refere a um fato que é da maior seriedade. A administração hoje, no mundo, é cada vez mais moderna. Você vê na França: muda o governo – e lá é parlamentarismo, é muito fácil –, sai o governo do Partido Socialista, do Mitterrand, entra um governo de direita, e a mudança dos cargos nos ministérios é muito pequena. É o Ministro e a cúpula dele; o resto permanece.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Trezentos e cinqüenta cargos só que o Sarkozy nomeou. Só trezentos e cinqüenta pessoas! Luiz Inácio, além dos ministérios que são quase quarenta, nomeou 25 mil DAS.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Temos essa estrutura em alguns casos. A Petrobras era assim. O

PT está mudando. Os cargos de confiança, as diretorias da Petrobras eram formadas por técnicos de lá de dentro. Mudava o Governo, saía o Sarney, entrou o Collor, mudou meia dúzia de cargos.

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Saiu a ditadura, entrou o Sarney, mudou a cúpula; o resto permaneceu igual. No Banco do Brasil é assim. No Itamaraty é assim. No Itamaraty, no Banco do Brasil, na Petrobras é assim. Na Fazenda é assim. No mundo é tudo assim. No Brasil tinha que ser isso. No Ministério da Agricultura, no Ministério da Educação, deveria ser assim. Agora, o Senhor Lula criar 26 mil cargos em comissão é um escândalo! V. Ex^a tem razão: são 26 mil cupinhas para pagar 20% para caixa do PT. No momento em que o Governo faz isso é porque não quer melhorar. Ele não quer melhorar. O negócio revolta e arrepia. O que se deveria fazer era valorizar o funcionário, era dar característica ao funcionário, dar independência ao funcionário, dar autoridade ao funcionário, para que ele, independentemente de qualquer partido, vá adiante. Volto a repetir: o Itamaraty ainda é assim – graças a Deus. O Banco do Brasil, embora já tenha diretores políticos e um presidente que já fez não sei quantas estripulias, ainda é assim. Mas o Governo, lamentavelmente, como V. Ex^a disse, hoje tem quarenta ministérios. Eu mandei uma carta para o responsável pelo Livro dos Recordes com a cópia do número de ministros do Brasil e perguntei se tem algum país com maior número de ministérios, ou se o Lula está sendo o campeão do mundo, o recorde mundial de ministérios. E, para cada ministério criado, dessas 26 mil vagas, há 500 ou 600 funções gratificadas que ele coloca.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Realmente, V. Ex^a fez uma análise muito profunda dessa questão. E nós temos, mesmo, que fiscalizar o Governo e exigir providências com relação a essa questão.

Por que não realizar concurso público em vez de criar cargos temporários em comissão? Por que não fazer concurso público, com tanta gente desempregada e qualificada para preencher essas vagas existentes? Ao contrário, o que o Governo faz? Cria cargos temporários que pode demitir ou não demitir.

Eu soube agora que, em Belém, no Sipam, estão demitindo pessoas que não quiseram se filiar ao PT. Estou mandando apurar para realmente trazer essa questão à baila. Isso no Sipam, em Belém.

Continuo a elencar as sugestões:

– Redução do número de Ministérios – V. Ex^a já adiantou essa questão – e de suas estruturas.

– Regulamentação da aplicação do Orçamento, tornando-o impositivo e submetendo as liberações de emendas aos critérios da Administração pública.

Isto aqui é fundamental. Aqui está a raiz do mal. Se nós não resolvemos isso, é brincadeira, não vai acabar, porque o presidente de plantão – e o Presidente Lula está fazendo isso com muita maestria – vai sempre manobrar essa questão das emendas parlamentares, das emendas de bancada e até dos orçamentos dos ministérios de acordo com a conveniência do apoio político que recebe ou não recebe. Então, nós temos que votar o Orçamento Impositivo e evitar esse balcão de negócios, como dizia a Senadora Heloísa Helena.

– Reforma dos Códigos de Processo Penal e Civil.

Isso o Senado está fazendo, já encaminhou, inclusive, grande parte do Código de Processo Penal. Do jeito como estão, geram na sociedade essa sensação de impunidade, principalmente em relação às autoridades, que cometem os maiores delitos e não são penalizadas. Nós temos que mudar isso para penalizar de cima para baixo e realmente dar à Justiça a capacidade de ser mais célere.

– Redução em 50% do número de parlamentares das Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, Distrital e na Câmara dos Deputados.

Vejam que eu não estou propondo mudanças só no Poder Executivo não; eu estou propondo também no Legislativo. Eu só não estou propondo mudanças no Senado, porque no Senado há igualdade, são três Senadores para cada Estado. Mas estou propondo na Câmara de Vereadores, na Câmara Legislativa, Distrital e na Câmara Federal. Reduzir pela metade, todo mundo fica igual, mantém-se a mesma proporção e economiza-se muito.

– Atuação independente – uma proposta para todos os Senadores – norteada pelos interesses do Brasil e pelos interesses regionais, buscando eliminar as desigualdades entre as regiões do País.

Aqui fica um rolo compressor: o PT combina com o PMDB e aí só nos resta chiar, porque votam e apro-

vam tudo o que querem. E eu lamento que o PMDB, com honrosas exceções, como é o caso do Senador Mão Santa, do Senador Pedro Simon, do Senador Jarbas Vasconcelos e do Senador Geraldo Mesquita, realmente vote a favor de tudo o que o Palácio do Planalto quer. Podemos mudar isso se começarmos a nos rebelar de forma suprapartidária e colocarmos essa agenda para ser discutida.

Por último:

– O fim da verba indenizatória para os Parlamentares e a equiparação salarial com os Ministros do Supremo, como manda a Constituição.

Ou seja, acabar com esse sofisma de que a gente tem quinze mil de verba indenizatória para gastar com isso, com aquilo e tal. Por que nós não passamos a ter um salário igual ao dos Ministros e pronto? Porque permitirmos a suspeita de que há nota fria para isso ou para aquilo? É lógico que quem age honestamente gasta a sua verba indenizatória realmente com o que manda a norma, mas isso aqui tinha de acabar. Não se diz lá na Constituição que nós temos de ter isonomia com os outros Poderes? Por que nós não ganhamos o mesmo que ganha um Ministro do Supremo e acabamos com essa verba indenizatória, com essa molecagem?

Senador Paulo Paim, ouço V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, quero cumprimentar a coragem de V. Ex^a de trazer esse tema ao debate, porque esse tipo de assunto normalmente acaba tendo repercussão negativa. Se não for bem entendido – e por isso estou fazendo o aparte –, soa de forma negativa. O pronunciamento de V. Ex^a é ousado, corajoso. V. Ex^a está dizendo simplesmente o seguinte: vamos acabar com essa tal de verba indenizatória e vamos discutir o salário do Parlamentar. É isso o que V. Ex^a está propondo. Fica sempre esse mal entendido no ar quando se trata dessa tal verba indenizatória na Câmara e no Senado – tem nota? Como? Onde? Enfim, transparente, não-transparente, é, mas não é tanto –, e nós sempre explicando. Agora, o que V. Ex^a está propondo – e quero dizer que concordo com a sua proposta – é que se acabe com essa história de verba indenizatória e que se discuta, de forma transparente, o salário dos parlamentares. Com a definição do salário, cada um vai ter de prestar contas de seu mandato, se está fazendo um mandato decente ou indecente. Se for indecente, as urnas vão mandá-lo para a rua no momento adequado, quando ele for disputar uma reeleição ou qualquer cargo no

Legislativo ou no Executivo. Quero cumprimentar V. Ex^a pela firmeza e pela coragem de dizer: “Vamos acabar com essa verba indenizatória e vamos discutir o salário dos parlamentares”. Senador, esse era o aparte a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

É que, na prática, essa verba indenizatória passa a ser uma espécie de salário indireto para nós. Então, somando os R\$15 mil ou R\$16 mil da verba indenizatória com o nosso salário dá mais de R\$20 mil, que é o que os Ministros do Supremo Tribunal Federal ganham. Então, por que a gente não ganha direito, legal, pagando imposto e tudo? Realmente, acho que temos que tomar essas iniciativas. Vou acolher, inclusive, a sugestão do Senador Pedro Simon, vou mandar cópia deste meu pronunciamento com todos os anexos – e aqui peço que sejam transcritos – para que realmente todos meditem.

Comecemos pelo Senado, já que somos, repito, só 81 Senadores e, talvez, possamos caminhar mais rapidamente numa reação para recompor realmente a importância que tem o Senado. E é bom que se diga, é bom que os brasileiros e brasileiras que nos assistem pela TV Senado ou nos ouvem pela Rádio Senado e a própria imprensa tenham em mente que só interessa aos ditadores enfraquecerem o Legislativo. E quando o Legislativo se enfraquece e se desmoraliza, o espaço para golpes, sejam de direita ou de esquerda, “democráticos” ou não, fica aberto.

E, quando se implanta uma ditadura, seja qual for a sua cor, quem primeiro padece é a imprensa, que é calada e fechada; depois, o povo, que é preso e obrigado a pensar de um jeito só. Portanto, perde a Nação.

Como já foi dito, a democracia não é um modelo extremamente bom, mas a gente não conhece outro melhor. Portanto, vamos zelar por essa democracia zelando pelo Parlamento, que, junto com o Judiciário, são os dois maiores pilares da democracia. O Executivo é um pilar, mas é um pilar sujeito, e muito, a pressões de toda ordem, e, por costume, quem se senta lá acaba cedendo, transforma-se de presidente em imperador com muita facilidade.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

“O TOMA-LÁ-DÁ-CÁ NÃO FAZ BEM À DEMOCRACIA”

Tião Viana (PT-AC) assumiu a presidência interina do Senado em meio ao que talvez seja a mais grave crise vivida pela Casa em toda a sua história. Não bastasse a humilhação de ver seu presidente, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ser obrigado a se licenciar para tentar driblar uma saraivada de acusações por quebra de decoro parlamentar, o Senado vive tempos em que o Executivo impõe sua própria agenda ao Congresso Nacional e o Judiciário, em face da omissão dos congressistas, faz as vezes de legislador. É o próprio equilíbrio entre os três Poderes, essencial ao Estado Democrático de Direito, que está ameaçado. Viana sabe que, se quiser continuar no cargo – o que não nega mais –, precisará demonstrar capacidade de pacificar o Senado depois da crise Renan; ele sabe também que, ainda assim, sua permanência só será viável se o PMDB for incapaz de definir um nome próprio no processo sucessório. Por conta de todas essas circunstâncias, Viana tem presidido o

Senado a cada dia como se fosse o último. E, na tentativa de deixar sua marca, vai revelando uma surpreendente independência. aos 46 anos, o médico sanitarista acreano bate forte no governo comandado pelo seu próprio partido, o PT. Para Viana, a troca de votos por emendas orçamentárias e cargos, o clássico “toma-lá-dá-cá”, além de mediocre, é o caminho para o caos. O final dessa rota, adverte o presidente interino do Senado, pode acabar sendo mesmo a aprovação de um terceiro

mandato para o presidente Lula. Viana classifica de “golpe” essa hipótese, mas alerta que a opinião pública, a partir da desmoralização do Congresso, pode acabar entendendo que esse é o melhor caminho. O senador também acha que as diferenças ideológicas do PT com o PSDB são pequenas e que uma eventual aliança de petistas com tucanos seria “bem melhor” do que algumas que o governo fez. Na segunda-feira 5, Tião Viana concedeu à ISTOÉ a seguinte entrevista:

ISTOÉ – *O sr. é candidato à sucessão de Renan Calheiros na presidência do Senado?*

Tião Viana – Dizer que eu não gostaria de ser o presidente do Senado seria um ato de hipocrisia. Talvez eu não tivesse dificuldade em ter votos, mas eu preciso compreender o momento e as circunstâncias que me trouxeram até aqui. Agora, meu maior compromisso é tentar defender uma unidade política da base que apóia o governo Lula na Casa. Qualquer movimento que eu fizer no sentido de continuar no Senado pode trazer a crise de volta.

ISTOÉ – *Então, o sr. não descarta a possibilidade de vir a disputar a presidência do Senado?*

Viana – A escolha do cargo é uma prerrogativa do PMDB, e o nome que o PMDB indicar eu apóio. No entanto, acho que o PMDB continua a errar. Antecipou o debate da sucessão, quando deveria ser o último partido a entrar nessa discussão. O PMDB age muito movido por interesses fragmentados. Não é um partido que construa uma unidade de ação. Aí, gera esse tipo de situação: o líder pede que não se antecipe o debate da sucessão de Renan, e um senador [Garibaldi Alves Filho] pega e se coloca mesmo assim como candidato.

ISTOÉ – *O Legislativo está desgastado e o Judiciário passa a legislar. Nesse quadro, como está a interlocução do governo com o Senado?*

Viana – Há uma doença crônica dos governos do Brasil. E é uma doença que o governo Lula também tem. O ministro Mares Guia (das Relações Institucionais), por exemplo, transita bem na relação pessoal, mas não conseguiu compreender o que é o Senado.

ISTOÉ – *O que não foi compreendido?*

Viana – Um governo que fica restrito a uma relação política com o Legislativo que se limita à liberação de verbas orçamentárias e nomeação de

cargos não está à altura de compreender a importância histórica do Poder Legislativo. Isso não faz bem à democracia. O toma-lá-dá-cá apequena qualquer governo. Não cabe esse tipo de visão. Infelizmente, os dois últimos governos, Fernando Henrique e Lula, têm o mesmo enfoque sobre o que representa o Congresso. Isso não faz bem.

ISTOÉ – *Mas isso não é consequência da atuação tibia do próprio Congresso?*

Viana – Isso é muito culpa nossa. Nós somos o Poder que mais interage com a sociedade e com a imprensa. Se nós não levarmos as nossas próprias propostas, como os três pontos da agenda política que batem na nossa cara a toda hora – financiamento das campanhas, fidelidade partidária e o debate sobre os senadores suplentes –, e não fizermos alguma coisa, nós nos enfraquecemos. Aí, o governo crescerá. Ele tem dinheiro. Tem o orçamento na mão. E, quando prevalece a idéia mediocre de imaginar que o parlamentar vive de liberação de emenda ou de nomeação de cargos para sobreviver politicamente, aí vamos para o caos.

ISTOÉ – *E o Judiciário?*

Viana – O Judiciário pega esse vazio e começa a se envaidecer. Começa a legislar. A que nível pode chegar a democracia, a vida institucional brasileira, a partir desses termos?

ISTOÉ – *Esse clima alimenta a idéia de um terceiro mandato para o presidente Lula?*

Viana – Um terceiro mandato é um atentado, um golpe à ordem constitucional. O presidente Lula está muito bem, com ótimos índices de aprovação. Ele não tem a necessidade de se apresentar como alguém que possa ter pretensões de um terceiro mandato. Eu adoraria em 2014 estar gritando: “Um, dois, três, Lula outra vez.” Mas em 2010, não.

ISTOÉ – *Não caberia ao próprio presidente dar um basta nesse debate?*

Viana – Mas ele tem dito, só que não ecoa com a força que nós esperamos. Agora, o perigo é uma força chamada opinião pública. Do jeito que o Congresso está mal, com o STF sob influência da vaidade, querendo legislar, enfraquecendo ainda mais o Poder Legislativo, nós corremos o risco de ver o povo dizer: “Se está tudo tão errado, por que não pedir o terceiro mandato?” Por isso é que nós temos de ter maturidade de fortalecer a política, os partidos políticos, o equilíbrio dos três Poderes. Temos de ter clareza da seguinte situação: o governo Lula está bem, mas as forças políticas que o apóiam, não. Agora, partir desse diagnóstico para defender um casuísmo equivocado, que pode ameaçar mais ainda a nossa base de apoio, não dá.

ISTOÉ – *No debate para a sucessão de 2010, é obrigatório que o candidato do governo saia do PT?*

Viana – Não acho, não. Acho mais que legítima a pretensão de Ciro Gomes [deputado do PSB do Ceará] em ser candidato. Se ele souber construir

uma boa e ampla relação de diálogo, nós podemos ter uma bela candidatura. O PT ainda tem que achar seus nomes. Os nomes que aparecem aí – Dilma Rousseff, Marta Suplicy, Patrus Ananias – ainda terão muita dificuldade de se firmar.

ISTOÉ – *Por falta de consistência própria deles ou por um enfraquecimento do PT?*

Viana – O partido não acertou suas contas com a sociedade depois da crise do “mensalão”. O PT tem que deixar claro que não é melhor do que ninguém no campo moral, mas também não é pior. A melhor maneira de o PT dizer que mudou seria radicalizar a democracia interna. O PT tem que romper com as suas vaidades, com os seus nichos de poder.

ISTOÉ – *O presidente do PT, Ricardo Berzoini, chegou a defender a extinção do Senado.*

Viana – Eu lhe disse pessoalmente que ele estava cometendo um grande erro de avaliação. Que estava cometendo um atentado grave a uma instituição que era um patrimônio da democracia. O Senado é a base fundamental da unidade nacional pelo princípio federativo. Imagine se nós tivéssemos apenas 100 parlamentares de São Paulo e apenas três do meu Estado. Que representação seria essa? Que princípio federativo haveria? Não dá para imaginar que um Estado tenha mais direitos de representação porque tem mais aviões, mais trilhos de trem, mais ônibus do que um Estado que, embora pequeno, tem a maior biodiversidade do mundo e 20% das árvores do planeta.

ISTOÉ – *O Acre, seu Estado, está próximo da fronteira com a Venezuela. Como o sr. avalia a política de Hugo Chávez?*

Viana – Tenho muito receio da visão de Estado de Hugo Chávez. Ele tem muito dinheiro e preocupa a forma como ele o gasta, quando compra 28 caças russos e se torna a primeira

força aérea da América do Sul. Ele tem essa visão de expansão a partir dos seus embaixadores venezuelanos informais para defender a sua tese bolivariana, consolidando uma concepção de unidade sul-americana equivocada. Isso pode levar à quebra das unidades nacionais, de interferência na autodeterminação dos povos.

ISTOÉ – *A esquerda errou quando apoiou Hugo Chávez no primeiro momento?*

Viana – Havia naquele momento uma demanda muito grande por reformas sociais. E, num primeiro momento, Chávez executou muito bem esse lado. Fez reformas importantes na área educacional, trabalhista, de valorização da classe trabalhadora. Mas essas reformas não foram suficientes para levar à Venezuela uma visão de democracia que já é parte da nossa concepção de sociedade e de Estado.

ISTOÉ – *E ele acusa os EUA por todos os males do mundo.*

Viana – Chávez entende que o pior dos mundos é o da subordinação a essa expansão permanente, dominadora e cruel da política americana. Nós entendemos que a melhor resposta é o fortalecimento das nossas instituições. Quando o presidente Lula vai à África e expõe uma política solidária de fortalecimento da vida comercial dos países africanos é uma decisão muito maior que o confronto infantil com os ditos imperialistas americanos. Hugo Chávez tem ainda uma concepção

ideológica nos moldes do século XX. Nós já estamos no século XXI.

ISTOÉ – *A CPI do Apagão Aéreo no Senado acabou no final retirando o indiciamento daqueles que as investigações apontavam como corruptos.*

Viana – A CPI do Senado caminhou bem até o diagnóstico que fez dos controladores de vôo, a falta de um planejamento estratégico para o setor. Mas, quando ela entrou no debate da criminalização dos responsáveis, aí caiu na vala da luta política. E, nesse ponto, a consequência é a pior possível: se protegem nomes que não se deveriam proteger e se condena quem não se deveria condenar. Isso primeiro aconteceu na Câmara, que fez uma CPI equivocada, tímidamente. A nossa começou bem e, infelizmente, passou da linha.

ISTOÉ – *Há quem defenda uma aproximação do PT com os tucanos. O que o sr. acha disso?*

Viana – Nós e o PSDB temos diferenças ideológicas muito pequenas. Nós tivemos origem na base do movimento social, e o PSDB na base do movimento intelectual. Mas a nossa separação se deu muito mais pela disputa de poder. Acho que os defeitos do PT são os defeitos do PSDB, e vice-versa. Acho que temos tudo para construir um canal de entendimento. Uma eventual aliança com o PSDB seria bem melhor do que algumas das alianças que temos hoje no governo. ■

O senador diz que o Parlamento está agonizante e que muitos políticos usam o mandato apenas em proveito próprio

"O Legislativo não é mais uma voz da sociedade nem uma caixa de ressonância. Está meio sem função"

O Congresso Nacional tem enfrentado uma seqüência de tormentas que, nos últimos anos, debilitaram a credibilidade de muitos de seus membros e feriram gravemente a imagem da instituição. Deputados ganharam alcunhas de mensaleiros e sanguessugas - isso só para falar dos casos mais conhecidos. O último dos escândalos envolveu o senador Renan Calheiros, então presidente do Senado, que renunciou ao cargo depois da revelação de um lado repugnante de sua biografia, que misturava amante, lobistas, dinheiro e bois fantasmas num mesmo enredo. O novo presidente do Congresso, o senador Garibaldi Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, foi eleito há quatro meses e prometeu recuperar os laços que o Parlamento sempre manteve com a opinião pública. "Mas está difícil", reconhece ele. Em entrevista à VEJA, Garibaldi diz que a política hoje é coisa para endinheirados e que muitos parlamentares só pensam em tirar proveito pessoal de seu mandato. Ele não poupa nem os colegas peemedebistas. Com seu jeito simplório e sua voz mansa, o presidente do Congresso critica o governo, o presidente Lula e também defende o aumento do salário dos parlamentares.

Veja – *O senhor assumiu a presidência de um Congresso desgastado pelo escândalo que culminou com a renúncia de Renan Calheiros e paralisado pelo excesso de medidas provisórias do governo. Qual é o seu diagnóstico?*

Garibaldi – O Congresso deixou de votar, de legislar, de cumprir sua função. É uma agonia lenta que está chegando a um ponto culminante. Essa questão das medidas provisórias é emblemática da crise do Legislativo, que não é mais uma voz da sociedade, não é mais uma caixa de ressonância da opinião pública. Está meio sem função. O Congresso está na UTI, e ninguém do mundo político percebe que esse desapreço pelo Poder Legislativo é uma coisa que está minando as suas bases de sustentação e que a qualquer hora poderá haver um momento de maior tensão, de crise entre os poderes. À medida que o Legislativo abre mão de suas prerrogativas, o Executivo invade espaços. Precisamos inverter essa tendência.

Veja – *Mas o desgaste do Congresso não decorre só da questão política. Nos últimos anos, os escândalos se sucederam e o Legislativo pouco fez para punir os envolvidos. Essa aparente leniência com a corrupção não ajuda a construir uma boa imagem do Congresso...*

Congresso só quer atuar na fiscalização de outros poderes, através das CPIs, mas esquece que precisa antes fazer uma faxina dentro de casa. Por exemplo: precisamos ter coragem de encarar a opinião pública na questão dos subsídios, dos vencimentos dos parlamentares.

Veja – *O que o aumento do salário dos congressistas tem a ver com isso?*

Garibaldi – Se eu fosse chamado agora para uma reunião, diria: vamos definir um salário justo para os parlamentares. Na hora, poderia me desgastar pela falta de credibilidade do Legislativo. Mas o parlamentar precisa de um salário maior, com menos penduricalhos, compatível com outros poderes. Não digo nem com o Executivo, que não é modelo para isso, já que um ministro ganha 8.000 reais líquidos. Hoje, o Legislativo está emparedado, intimidado, e ninguém quer enfrentar essa questão. Mas é uma questão justa.

Veja – *Em sua avaliação, a absolvição do senador Renan Calheiros foi uma decisão correta dos senadores?*

Garibaldi – A absolvição de Renan penalizou o Legislativo. Mas é uma questão difícil. Quero ter todo o cuidado de falar de uma pessoa que era colega. Quer dizer, é colega. Ele anda aparecendo menos, mas ainda está lá. Pelo coleguismo, todos têm cuidado, pensam muito antes de decidir. Eu até hoje não sei qual punição ele merecia. É difícil julgar um par, é um julgamento muito político. Eu tive duas posições. No primeiro julgamento, fui a favor da cassação. No segundo, fui contra. Esse tipo de julgamento é um dilema para o Legislativo. Mas, sem dúvida, prevaleceu mesmo a imagem da impunidade.

Veja – *Analistas dizem que a imagem péssima do Legislativo, principalmente em razão dos casos de corrupção, tem atraído cada vez mais pessoas desqualificadas para a política. O senhor concorda com isso?*

Garibaldi – A política hoje é o seguinte: quem já entrou sem dinheiro tenta sobreviver. Mas quem é liso não tem mais vez. Só vão entrar os endinheirados ou quem está atrás de mais dinheiro.

Veja – *Como fazer para resgatar a imagem do Congresso?*

Garibaldi – Não quero dourar a pílula. A situação está muito difícil. A discussão das medidas provisórias pode ser uma retomada de caminho. Câmara e Senado estavam funcionando como duas entidades distintas e, agora, começam a se reunir, a tentar falar a mesma língua. Eu gostaria de ver até o fim do meu curto mandato, em fevereiro, sinais dessa reação. Há muita gente boa no Congresso, mas a maioria está desanimada. Muita gente está lá apenas para aprovar umas emendações e conseguir uns cargos para se reeleger. A maioria dos parlamentares segue a lógica de votar com o governo, liberar as emendas, emplacar um cargo para um aliado e colher os dividendos nas eleições seguintes. Os políticos se contentam com isso e, sem saber, fazem um mal danoso ao Legislativo. A Casa pode desmoronar do jeito que vai.

Veja – *O Palácio do Planalto utilizou um dossiê com gastos secretos do presidente Fernando Henrique para tentar intimidar a oposição e inviabilizar a CPI dos Cartões. O senhor acha que a revelação do dossiê vai fazer com que a CPI ande?*

Garibaldi – O episódio do dossiê foi bom para dar um alento a essa comissão, para a investigação pegar. Tem de investigar, tem de abrir tudo. Fernando Henrique fez uma carta para Arthur Virgílio pedindo para abrir todas as suas contas. Lula devia seguir o exemplo e fazer uma carta para o Romero Jucá (líder do governo no Senado) para abrir tudo isso aí. Não há nenhum problema de segurança nacional. Não vejo como essas despesas possam ameaçar um governo. Usar argumento de segurança nacional é coisa de ditadura, de regime autoritário. Essa tese não combina com a democracia. O lixo do presidente da República não é diferente do lixo de nenhum contribuinte. A mordomia faz parte do poder. Lula como presidente da República e eu aqui como presidente do Senado temos direito a uma certa mordomia. Mas isso deve ser totalmente transparente.

Veja – A maneira mais comum de o governo do PT tentar evitar uma investigação no Congresso é apelar para a tese de que o governo anterior fez o mesmo. Essa disputa para ver quem errou primeiro não provoca uma descrença na classe política?

Garibaldi – Ajuda muito a desmoralizar os políticos. Não quero dizer que não se deva comparar uma administração com a outra. Mas comparar seus feitos, não comparar para ver quem é pior, quem fez o errado antes. Há um nivelamento por baixo. O que a população espera é que se corrija o erro, não que se faça a exaltação do errado. Lá no Nordeste, há um dito popular assim: todo mundo calça 40. Significa que são todos iguais. Quando vejo essa troca de acusações entre PT e PSDB, lembro logo da frase. Todos eles calçam 40.

hoje apóia os petistas e, assim, vai se perpetuando no poder, independentemente dos governos, há vinte anos. O seu partido também não calça 40?

Garibaldi – Dentro do PMDB há uma corrente que quer nadar contra essa maré. Mas essa prática do fisiologismo termina nivelando todo mundo por baixo. A imagem hoje é a de que quem é do PMDB não presta. É uma injustiça generalizar, todo partido tem gente fisiológica e gente séria, mas o meu partido deu motivos. Para enfrentar isso, o partido precisaria oferecer a outra face, a face boa. Mas qual será essa face boa, essa ilha de excelência?

Veja – Qual?

Garibaldi – Pensando em 2010, é difícil o partido tirar um candidato dessa massa sem lideranças. O PMDB não tem candidato. Ou vai de Aécio Neves, se ele vier para o partido, ou não tem ninguém. Poderia ser o Sérgio Cabral, mas ele está encontrando muitas dificuldades no governo do Rio.

Veja – Há alguma chance real de o governador de Minas, Aécio Neves, trocar o PSDB pelo PMDB?

Garibaldi – Eu não sou um dos articuladores desse projeto. Mas, se der certo, eu embarco nessa candidatura.

Veja – O presidente Lula apostou em Dilma Rousseff como sua candidata à sucessão e deu a ela o comando do PAC, para tentar fazê-la decolar. Lula e o PAC são suficientes para fazer de Dilma a próxima presidente?

Garibaldi – Se Dilma é a mãe do PAC, a candidatura dela vai depender dos filhos. Se esse PAC crescer mesmo, se esses filhos chegarem aos 16 anos e se tornarem eleitores, com o título no bolso, ela terá chance. Agora, se Dilma permanecer apenas com esse papel de coordenadora e o PAC não for esse canteiro lindo de obras, for só uma sigla, vai ser difícil demais emplacar.

Veja – O senhor acha que o PT, na hipótese de não encontrar um candidato ideal à sucessão, pode lançar uma ofensiva para dar um terceiro mandato a Lula?

Garibaldi – Pode, sim. Cada cidadão tem sua opinião, e eu vou dar a minha: eu não acredito que Lula vá topar essa parada. Ele está com uma imagem que não foi fácil conquistar, muito melhor do que quando ele iniciou essa luta para chegar à Presidência e ouvia gente dizendo que ia sair do país se ele ganhasse. Não houve debandada, não houve crise na economia. O presidente não vai querer jogar tudo isso fora por uma aventura do terceiro mandato. O que ele pode é querer voltar na eleição seguinte.

Veja – Qual o ponto forte do governo Lula?

Garibaldi – É uma coisa óbvia. Lula é um homem que foi fiel, pelo menos no imaginário popular, às suas origens. Chegou à Presidência, manteve a política econômica e voltou-se para a população mais pobre. Expandiu as bolsas e deu mais assistência aos pobres. Não sei se no futuro esses programas vão ser considerados bons, já que no interior do Nordeste muita gente não quer mais trabalhar porque está recebendo essa Bolsa Família. Prefere o dinheiro fácil a pegar no cabo da enxada. Agora, para a fome não há outra receita a não ser encher a barriga. Por isso o Lula é popular. Por isso não há quem possa hoje subir à tribuna do Senado e dizer que o Bolsa Família não é um bom programa.

Veja – E os pontos fracos?

Garibaldi – O problema é que Lula vê as coisas com um certo maniqueísmo. Tudo o que ele faz é bom. E quem fala mal dele, até quando é uma crítica bem-intencionada, é ruim. Então, ele passou a ser um divisor de águas, um dono da verdade. É lógico que existem falhas no governo dele. A reforma agrária dele não é boa. Ele não segura a exacerbção do MST. A política de Lula para o homem do campo é muito ruim. No Nordeste não tem mais ninguém vivendo direito da agricultura. Não existe grande produtor, não existe médio e o agricultor familiar só planta para subsistência. Outra falha é a falta de política de desenvolvimento regional, de investimento nas vocações econômicas das regiões.

Veja – O senhor foi relator da CPI dos Bingos, que desvendou uma série de escândalos no governo. Como o senhor avalia a corrupção no Executivo?

Garibaldi – O governo Lula foi muito frágil com a corrupção. Adotou uma política, para mim errada, de dizer que ninguém errou, que os corruptos foram vítimas de complôs, de circunstâncias. Sempre criando atenuantes. E se você cria atenuante cria impunidade. O próprio presidente adotou essa política muito compassiva com os auxiliares. Se o presidente não pune, não manda apurar, abre a porta para mais corrupção. Lula deveria ter cortado o mal pela raiz. Como não cortou, ficou sem condição de debelar a corrupção.

Veja – O senhor deve ouvir falar de reformas tributária e política desde que entrou na vida pública. Por que elas nunca saem?

Garibaldi – O país precisa muito de reforma política, previdenciária e tributária, mas já desperdiçamos muitas oportunidades. Lula e Fernando Henrique foram eleitos e reeleitos com grandes votações, tinham condições de enfrentar as resistências, mas não se empenharam. Isso só se faz no começo do governo, quando a popularidade é alta. Eu culpo essa falta de coragem dos últimos governantes para enfrentar essas questões mais a fundo. Isso é coisa para estadista. E falta estadista em nosso país.

Veja – Há alguma chance de aprovar a reforma tributária que está no Congresso até o fim do governo Lula?

Garibaldi – Este ano parece ser péssimo no Congresso por causa da eleição. Aparentemente, ninguém apostava um real que a reforma tributária saia. Mas eu aposto que essa reforma tributária, que não é a ideal, pode sair se o governo se empenhar com ela, for tolerante e dialogar com todos os lados envolvidos.

Veja – A vida do senhor mudou muito depois que assumiu a presidência do Senado?

Garibaldi – Mudou demais, meu filho, está muito mais complicada. Hoje eu tenho de atender a muitos compromissos em todos os estados. Estou correndo muito, me desdobrando muito. Estou fazendo o mesmo, mas com mais intensidade. Politicamente é muito bom, dá muito mais visibilidade. Mas dá um trabalho...

A banalização da safadeza

Sucinto como os telegramas de antigamente, o currículo oficial do ministro Jorge Hage Sobrinho, divulgado pelos sites governistas, limita-se a informar que o atual comandante da Controladoria-Geral da União nasceu na Bahia há 70 anos, foi juiz de direito, prefeito de Salvador, deputado estadual e deputado federal. Quem pouco sabe de Hage talvez imagine que enfim apareceu alguém que, inibido pela modéstia, prefere não se estender sobre os serviços prestados à pátria. Engano, sabe quem conhece a figura. O tamanho e o teor do texto apenas demonstram que, se assim recomendam as circunstâncias, o verboso baiano é capaz até de ser conciso.

Se incorporasse ao resumo da própria trajetória bemóis e sustentidos alojados em antigas partituras, se contasse cada caso como o caso foi, se iluminasse os curtos registros com detalhes essenciais, o currículo ficaria com cara de prontuário. Foi o manual da esperteza, não a cartilha da objetividade, que lhe sugeriu esquecer que o leal ministro da era Lula foi um aplicado servidor da ditadura militar. O currículo oficial só trata com letras grávidas da fase mais recente da carreira de Hage. As etapas anteriores viraram coisa do século passado.

Uma omissão aqui, um retoque ali e pronto: o pecador que perde o sono quando pensa no Juízo Final vira candidato à canonização. O biston do redator da biografia tornou mais vistosa a fantasia de Primeiro Fiscal do Primeiro (Governo Popular) do Brasil. E reinoveu o Jorge Hage que não dava maior importância ao que achava a gente comum.

"Foi prefeito de Salvador entre 1975 e 1977", telegrafo o texto. Sem um único voto popular, acrescenta a coluna. Enquanto a ditadura durou, milhões de eleitores foram proibidos de escolher o presidente da República, os governadores e os prefeitos das capitais. Disso cuidavam a omnição fardada e a pusilanimidade de temo.

No caso de Hage, bastou-lhe a simpatia do governador Roberto Santos, que o indicou para o cargo, e a ausência de antipatias entre os chefes militares. Nos dois anos seguintes, o prefeito pouco fez e quase nada falou, como convinha aos aliados paisanos do regime. Não seria melhor a performance do deputado estadual e do deputado federal.

Hage jazia na vala comum onde se amontoam prefeitos e governadores bônicos que caíram no esquecimento eterno ao perderem a notoriedade efêmera quando foi ressuscitado pelo bom baiano Waldir Pires. Promovido a nº 2 da Controladoria, é o titular desde junho de 2006. Ex-inquilino da Arena, do PDT e do PSDB, está no momento sem partido. Mas em marcha acelerada para o PT, que acaba de presentear com uma frase destinada a figurar na faixa que anuncia uma passeata ou um círculo do partido de Lula.

"Isto é a escandalização do nada", caprichou o controlador ao decidir que não havia motivo nenhum para a barulheira da imprensa em torno da gasta com cartões corporativos. A frase pegou fogo na floresta. "Isso é a escandalização do nada", repetiu a ministra Dilma Rousseff, aplicando a invenção de Hage ao

dossiê montado no Gabinete Civil para prejudicar FHC.

Não existe pecado do lado de baixo do Equador, verá reiterando há cinco anos o tratamento de cúmplice concedido por Lula à bandidagem companheira. Mas faltava a frase que resumisse a grande ópera da safadeza.

Gracias a Jorge Hage, agora não falta mais nada.

Pajelança perigosa

Não convidei para a mesma pajelança militares em postos de chefia na Amazônia e a companheirada reunida no alto comando do Incra, do Ibama e da Funai. As Forças Armadas e as siglas sempre tiveram divergências sobre a política indígena - se é que merece esse nome um mosaico de peças que não se encaixam. Mas agora já nem falam a mesma língua. Onde os paisanos enxergam "nações", "reservas indígenas" e "povos da floresta", os fardados vêem: "tribos" (ou "etnias"), "terras indígenas" (inseparáveis do mapa do país) e territorializações do povo brasileiro, todas atadas para sempre pelos laços da unidade nacional.

Os militares começaram a usar esse dialeto fora dos quartéis.

- 1 - REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLA QUE REDUZA A CARGA DE IMPOSTOS PAGOS PELA POPULAÇÃO;
- 2 - POSIÇÃO CONTRÁRIA À CRIAÇÃO E AUMENTO DE IMPOSTOS;
- 3 - AJUSTE FISCAL;
- 4 - REFORMA POLÍTICA;
- 5 - REGULAMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS REDUZINDO AO ESTRITAMENTE NECESSÁRIO E LEGAL;
- 6 - REDUÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS DE LIVRE - PREENCHIMENTO / NOMEAÇÃO;
- 7 - REDUÇÃO DO NÚMERO DE MINISTÉRIOS E DE SUAS ESTRUTURAS;
- 8 - REGULAMENTAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO TORNANDO-O IMPOSITIVO E SUBMETENDO AS LIBERAÇÕES DE EMENDAS AOS CRITÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- 9 - REFORMA DOS CÓDIGOS DE PROCESSO PENAL E CIVIL;
- 10 - REDUÇÃO EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) O NÚMERO DE PARLAMENTARES NAS CÂMARAS DE VEREADORES, ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS, DISTRITAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS;
- 11 - ATUAÇÃO INDEPENDENTE NORTEADA PELOS INTERESSES DO BRASIL E REGIONAIS, BUSCANDO ELIMINAR AS DESIGUALDADES ENTRE AS REGIÕES DO PAÍS;
- 12 - FIM DA VERBA INDENIZATÓRIA PARA PARLAMENTARES E EQUIPARAÇÃO SALARIAL COM OS MINISTROS DO STF, COMO MANDA A CONSTITUIÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após o brilhante pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, que, com competência e grandeza, representa o Estado de Roraima, convidamos para usar da palavra o próximo orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita, do PMDB do Estado do Acre. S. Ex^a está trocando gentilezas com Pedro Simon, que também está inscrito.

Senador Mozarildo, eu entendo, como Pedro Simon, que nós temos dogmas e que a democracia tem de ser entendida como a Igreja Cristã: Pai, Filho e Espírito Santo, três pessoas numa só. E entendo que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm de ser um só. Aliás, não são nem poderes, são instrumentos da democracia. Na democracia, o poder é do povo, que trabalha e paga conta.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, que simboliza aqui a história e a crença de Rui Barbosa no direito e na justiça.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR
NA SESSÃO DO DIA 11 DE ABRIL DE 2008,
QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA RE-
VISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIOR-
MENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita, do Acre, eu apenas quero somar a esse pronunciamento a visão de Franklin Delano Roosevelt, que governou os Estados Unidos por quatro mandatos e, num período pós-recessão, pós-guerra. Luiz Inácio tem de se inspirar nele que disse: “Norte-americanos, arrumem um emprego, trabalhem; se não der certo, persistam; se não der certo, arrumem outro trabalho. Então, ele estimulava aquele povo a trabalhar.

Como disse Rui Barbosa, “o trabalho vem antes, ele é que faz nascer a riqueza, o trabalho e o trabalhador.”

Franklin Delano Roosevelt, sintetizando o que Geraldo Mesquita Júnior interpretou, disse: “As cidades poderão ser destruídas, mas elas ressurgirão do campo. Se o campo não for apoiado e for destruído, as cidades morrerão de fome.” Isso sintetiza a explanação do Senador Geraldo Mesquita Júnior em defesa do apoio ao homem do campo.

Convido V. Ex^a a presidir os trabalhos, porque eu gostaria de fazer um pronunciamento. E é sobre o Senador Paulo Paim que falarei.

O Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra, com muito prazer, ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta reunião, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem, nesta sessão de sexta-feira, às 11 horas e 20 minutos.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, permita-me registrar a presença do Presidente da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que vai assistir o seu pronunciamento. Ele veio trazer inclusive uma carta de agradecimento, que está nas minhas mãos, o nosso companheiro Marcílio. O Marcílio é o Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas e veio agradecer, em nome de 24 milhões de idosos, aposentados e pensionistas deste País e com certeza também em nome dos outros 30 milhões que serão beneficiados pelo fim do fator previdenciário, pela decisão do Senado. Eles se comprometeram agora a fazer o mesmo movimento que fizeram aqui, no Senado, lá na Câmara dos Deputados. Seja bem-vindo, Marcílio.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pedro Simon, esta é uma das mais importantes reuniões realizadas por este Senado em seus 183 anos. Pedro Simon, foi longo e sinuoso o caminho para chegarmos aqui, e isso me deu o direito de escolher aqui o meu Líder. Eu ouvi atentamente que o Pedro Simon dizia que hoje quem decide tudo é meia dúzia de Líderes, que se reúne e tal. Acontece que homens como eu... A democracia começou com o grito de liberdade. Geraldo Mesquita, desde que adentrei aqui, aliás antes de adentrar, eu já tinha escolhido Pedro Simon como meu líder no Partido.

Mas, Paim, quero ensinar aqui a minha interpretação. Nosso Senador Fernando Collor caiu, tombou aqui no Senado. Geraldo Mesquita, quero dizer que votei no Presidente Fernando Collor. Eu era prefeito. E quero dizer que ele tombou... Veja, Pedro Simon, que Fernando Collor começou a tomar... Eu, aqui, sou observador da História, estudo a História para interpretá-la. Paim, V. Ex^a lembra que, quando a Justiça deu 127% para os aposentados, o nosso Senador Fernando Collor começou a cair. “Bem-aventurados

os que têm fome e sede de justiça”, disse Cristo. “A justiça é o pão de que mais a humanidade necessita”, segundo Montaigne. E, quando a Justiça deu 147% para os velhinhos aposentados, o meu amigo, o meu líder – votei nele – teve um arroubo e disse: “Eu não dou”. V. Ex^as se lembram? Foi ali que começou a cair Fernando Collor.

Foi ali, Pedro Simon.

Pedro, quando eu digo e advirto o Luiz Inácio... Eu fui prefeitinho. Quando eu entrei na Prefeitura de Parnaíba, Geraldo Mesquita, salário mínimo só pagava o Prefeito de Teresina, Wall Ferraz, e o Prefeito de Floriano. E eu disse – o meu antecessor era gente muito boa, correta, irmão do Alberto Silva: o menino prometeu, mas não vai pagar salário mínimo.

Paim, em quatro ou seis meses, estava todo mundo ganhando salário mínimo. O meu antecessor era gente muito boa, ele raciocinava assim: botar quantidade, dar um pouquinho para cada um, era quase como essa renda mínima. E eu paguei.

Paim, aí eu me lembrei, depois de seis meses, de que havia uma folha de funcionários. Isso antes da Previdência. Eu fui Prefeito em 1989, antes dos anos em que unificaram a Previdência. Então, ouvi falar que havia uma folha de aposentados e pensionistas. Paim, aposentados e pensionistas não têm direito à greve, não clamam, estão envelhecidos. Mas eu ouvi falar e eu mandei buscar essa folha. Essa é a experiência que Luiz Inácio não tem, ele não foi prefeitinho, e que o Presidente Collor não viveu.

Geraldo Mesquita, aí me veio a folha. Pedro Simon, fiquei estarrecido quando eu olhei. Os aposentados do instituto ficavam numa folha, eu ouvia falar dela e decidi ajudar –, uma folha pequena: eram vinte pensionistas, viúvas de funcionários, porque não havia o instituto da previdência, e uns dez, doze aposentados. Mínima, pequena. Eu olhei os aposentados, Paim; eles ganhavam o valor de uma cerveja, porque aquilo tinha ficado mofando. Aposentado não tinha greve, não tinha direito, não tinha... Foi antes da Previdência, funcionários antigos. E as pensionistas, Paim, recebiam o valor de uma coca-cola.

Olha, de chofre – sou cirurgião, todos já me conhecem aqui, de decisão, nunca me faltou decisão e coragem, agradeço a Deus por isso –, Geraldo Mesquita, eu disse: “Eu vou dar salário mínimo”. Mandaram buscar esses velhinhos e aposentados. Aí é que o Luiz Inácio não tem essa experiência, porque não foi prefeitinho, nem o Fernando Collor teve. Paim, de repente, vieram os aposentados. As viúvas não foram localizadas. Eram uns doze os velhinhos. Eu era Prefeito. Olha, Pedro Simon, quando anunciei que ia pagar o salário àqueles velhinhos, idosos, funcionários

antigos, antes da Previdência, eu me lembro de que um moreninho passou mal e quis morrer ali. Aí, eu fiquei aperreado e disse: “Menina, bota no carro do prefeito e leva para o pronto-socorro”, tal era a emoção, porque eles ganhavam tão pouco. Olha, eu vou te dizer que, com esse rolo de cortar fantasma e botar salário... Eu não estava com ibope assim não, mas, de repente, olha que eu estou aqui. Eu agradeço a esses velhinhos. Eram dez, doze.

Pedro Simon, tudo que era inauguração a que eu ia estavam lá os velhinhos, de paletó, agradecidos. Ô gente boa são os velhinhos! Estavam lá. Aposentados, iam para o banco da praça, em frente ao Banco do Brasil. “Prefeito bom é esse! Esse homem não é de mão santa não, é de coração santo. Nós estamos aqui há 40 anos e ganhávamos o valor de uma Coca-Cola.”

E as coisas eram assim. Um deles era pai do gerente do Banco do Brasil. Uma era viúva do meu chefe, porque eu era médico do INPS, da Previdência. E aquilo ali, eles na praça, e tal... E por que não se ouve o aconselhamento de velhos de vergonha, que trabalharam, que construíram? O Presidente Collor entrou no cano foi aí. “Não dou!” Olhe aí. Não são só os velhinhos não; tem os filhos, tem os netos. Aquele dinheirinho que ele pega. Olhem que sou avô... É para dar para os netos, é para não sei o quê.

Então, com aquilo ali, de repente eu fui crescendo politicamente. Quando vi, de repente eu saí da prefeitura, era governador, estou aqui e tudo. Então, é o pessoal, agradecido. Foi com esses aí que eu comecei a meditar.

Eu sei que Cristo andou no mundo, e ele disse: “Vinde a mim as criancinhas”. Eu acho que, se ele viesse hoje, do jeito que estão sofrendo, humilhados, desprezados, os nossos aposentados, ele ia dizer: “Deixem vir a mim os velhinhos”.

O Paim e este Senado escreveram uma das belas páginas. Poucos de nós nos associamos ao Paim, que tinha um projeto antigo, que estava aí, anos e anos e anos parado, para que os aposentados tivessem direito aos aumentos dos que estão na ativa e a um fator previdenciário, que, quando entrei na história, já estava nos corações dos velhinhos, e fui Relator. Disse o Paim que um fator previdenciário não existe em lugar nenhum.

Mas, Geraldo Mesquita, V. Ex^a foi um dos líderes desse movimento... Olha, leio Rui Barbosa, desde o Luiz Viana, que escreveu sobre ele. Mas ele fica na história e V. Ex^a ficou em vida. Nunca vi uma pessoa tão casada, amarrada e gamada no Direito e na Justiça como V. Ex^a. V. Ex^a é firme no Direito. Vou te dizer: se eu chegar à Presidência da República – quem sabe é Deus, que

tem sido tão bom –, V. Ex^a já está convocado para ser Ministro da Justiça. Já não terei problema aí.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – V. Ex^a me oferece uma opção? Prefiro ser Ministro da Agricultura.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Seria o Pedro Simon. Eu ia dar o bis para ele. Aí vocês se entendam. O Pedro Simon já foi Ministro da Agricultura do Presidente Sarney.

Mas o que eu queria dizer é que recebi um documento que você vai ver... O Paim me disse que o fator previdenciário não existia no mundo todo, e eu acredito. Acreditei. Fui o Relator, vencemos e tivemos o dia da vitória. Não quero crer que a Câmara vai enterrar os velhinhos, porque aí vai cair uma desgraça em cima deles.

Aí não serão 300 picaretas, mas 513 picaretas, se ele enterrar, o Luiz Inácio! E nós já estamos, por antecipação, e o povo aqui...

Mas recebi, agora, Pedro Simon, *O Martírio de um Deus*.

Rapaz, é bonito, vou ler, não aqui, porque não dá tempo. “Ao Senador Mão Santa, com um fraterno abraço, de seu admirador Obed Andrade”.

Jesus Cristo, é negócio do Gólgota, está aqui, li rapidamente *O Martírio de um Deus*. Mas aí ele manda, está aqui, nós recebemos mesmo, é fantástico, estamos falando é para o Brasil, é para os que sofrem, nós falamos é para o povo. Esta tribuna aqui só tem valor se tivermos a coragem de dizer o que povo não pode dizer, de mostrar o clamor do povo. Ulysses disse: “Ouça a voz rouca das ruas.” Ouça, interprete e represente! Isto aqui só tem valor se for um tambor de ressonância do povo.

E recebemos aqui um e-mail de Obed Costa Andrade, que é de Aracaju. Ele manda aqui o “O Martírio de um Deus”, que vou resumir. A letra é boa, grande. “Sr. Senador, hoje a comunidade cristã relembraria o martírio de Jesus Cristo aqui na Terra”.

Mas aí Galiléia, literatura boa, ele escreve melhor do que eu, depois vou ler com carinho. Atentai bem, brasileiras e brasileiros, para o que ele escreve:

“A agonia e o sofrimento dos aposentados e pensionistas que contribuíram com a Previdência Social é parecida com a de Jesus Cristo, a diferença é que é lenta e ignorada por determinadas pessoas”.

É um aposentado aqui.

Olha que nós tivemos aquela coroa de espinho, aquela cruz pesada nas costas do nosso velhinho. Olha, teve uma hora que Cristo disse “ai daquele que escandalizar as criancinhas”, quando a gente vê essa

pedofilia. Eu digo: ai daquele Deputado que enterra o que foi feito aqui em defesa dos aposentados. Grave. Aí não serão só 300 picaretas, mas 513. Saiu daqui para lá. Que o povo os identifique!

Ele saiu daqui. Somos pais da Pátria, somos responsáveis. Entendemos as coisas.

Diz ele: “Prezado Senador, vou especificar o meu caso...” Falo isto para dizer da grandeza desta Casa.

Eu o apoiei porque V. Ex^a estava ali e acredito muito nos princípios de V. Ex^a, na firmeza. Foi uma luta. Um chegou até a prometer que iria fazer greve de fome, que não ia tomar banho, com os velhinhos aqui. Mas aqui o caso é de todos. Esse escreve bem. Não vou ler o livro que ele disse. Diz ainda:

“A agonia e o sofrimento dos aposentados e pensionistas que contribuíram com a Previdência Social é parecida com a de Jesus Cristo. A diferença é que é lenta e ignorada por determinadas pessoas”.

Prezado Senador, vou especificar o meu caso, que é o mesmo dos demais aposentados...

Escolhi um e-mail em milhares. E segue: “Trabalhei durante 35 anos...”

Luiz Inácio, você se aposentou ligeirinho, sei que foi um acidente. Mas este aqui trabalhou 35 anos.

Continuo:

“Trabalhei durante 35 anos em uma empresa, era gerente de produção. Durante estes 35 anos, foram descontados do meu salário, religiosamente, as obrigações para o INSS, pois a empresa era séria. Já cansado e tendo o direito de me aposentar, resolvi requerer a aposentadoria. Pagava, na época, ao INSS sobre nove salários.”[O Governo tirando, e ele com a promessa de, na sua velhice, ter nove salários mínimos, para viver com dignidade com a sua amada adalgisinha, com a família, ajudando seus filhos e os netos.]“Pagava, na época, ao INSS sobre nove salários já a alguns anos, e o INSS os recebeu silenciosamente por todo esse tempo. Quando o INSS me chamou para receber a carta de aposentadoria, por surpresa minha, só tive direito a 7,11 salários.”

Já começou a malandragem do Governo. Ele pagou para nove, assinou, mas ficou decepcionado porque só iria receber 7,11 salários.

Pedi explicações e os funcionários me disseram que foi feito o cálculo de acordo com a lei.

Primeira perda, pois tiraram logo dois salários mínimos ali.

Segue:

“Hoje, meu prezado Senador, recebo apenas 3,65 salários”. Quem pagou para dez recebe menos de quatro, quem pagou para cinco recebe dois. Isto é o Governo.

Faço-lhes uma pergunta, Sr. Senador: se o senhor pagasse por um produto durante 35 anos com esperança de receber-lo integral no final e só lhe devolvessem a metade, o senhor aceitaria?”

No mínimo, se houvesse justiça, o INSS teria de devolver esse dinheiro que ele recebeu indevidamente do nosso salário, ganho com tanto sacrifício. Era o mínimo. Cobrou, acertou, fez o contrato, as regras.

Esta é a cruz de todos os aposentados e pensionistas que contribuíram com a Previdência e a sustentaram durante várias décadas.

Quero alertar aos trabalhadores que estão contribuindo com a Previdência com mais de um salário que eles no futuro vão cair também neste ‘golpe’.

Justiça... A Justiça!... cega, surda, muda e terrivelmente lenta para nós, quando a ela recorremos. Depois de vários anos de espera, ela friamente nega os nossos direitos, direitos de pessoas que já não têm mais lágrimas nos olhos porque estão no ocaso da vida e outros porque já retornaram à casa de Deus.

O sujeito morre iludido na aposentadoria.

“Sr. Senador, queria lhe pedir um favor: diga mil vezes até aos seus colegas Senadores que nós não estamos pedindo favor, mas, sim, o nosso direito de justiça.

Essa justiça que V. Ex^a abraçou, que V. Ex^a segue, que V. Ex^a significa.”

A Previdência sempre foi superavitária. Lembremo-nos do passado quando os meios de comunicação disseram que a Previdência financiou parte da construção de Brasília e a construção da ponte Rio-Niterói, e os governos sempre se utilizaram do dinheiro da Previdência para outros fins.

Os governos tiram da Previdência para sustentar aloprados, cartões corporativos, nomeações indevidas em um número excessivo de Ministérios, 25 mil nomeações de DAS, quando, na França, são 350; na Inglaterra, só 160 foram nomeados pelo sucessor do Primeiro-Ministro Tony Blair.

“Fico às vezes até irritado quando os tecnocratas de plantão dizem que não tem dinheiro. Prezado Senador Mão Santa, sempre que é

anunciado um ajuste, por menor que ele seja para nós, que contribuímos com a Previdência, a terrível, temida, insensível área econômica diz: não temos dinheiro.

Sr. Senador, eu vou lhe dizer uma verdade: a sonegação e o roubo da Previdência, o Governo não descobre nem 20%. Se o senhor mandar fazer um levantamento criterioso de quem deve à Previdência, dos bancos, dos clubes de futebol, do comércio, da indústria, das Prefeituras, dos Estados e até do próprio Governo Federal, o senhor vai ficar estarrecido, todo o mundo deve à Previdência”.

Onde estão as autoridades? Só são fortes e eficientes para nós, os indefesos, os combalidos aposentados e pensionistas. Nós compramos e pagamos um seguro social. O Governo é que não está honrando seu compromisso.

Agora, interessa a V. Ex^a, que é do Direito:

Só paga quem compra é a lógica dos negócios, e nós pagamos.

O capítulo II da Constituição, Dos Direitos Sociais, de Ulysses Guimarães, no art. 7º, VI, proíbe a irredutibilidade dos salários, salvo disposição em convenção ou acordo. Mas nunca fizemos nenhum acordo com o Governo para diminuir as nossas aposentadorias.

“Ainda o artigo 201” – está aí o jurista Geraldo Mesquita, “parágrafo 2º, diz”:

É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o seu valor real. Diminuir o valor real das aposentadorias é legal?

Esta é a dura e cruel realidade da situação dos aposentados que contribuíram com a Previdência Social.

O incrível é que até os “doutos” Juizes não entendem isso!

Sr. Senador Mão Santa, vou lhe pedir mais um favor: lembre às Sr^as Senadoras e aos Srs. Senadores que são tementes a Deus que o Evangelista São Mateus deixou escrito no seu Evangelho, Cap 6-Ver 1: “Guardai-vos de exercer a vossa justiça diante dos homens, com o fim de serdes vistos por eles; doutra sorte não tereis galardão junto de vosso Pai Celeste”. Está escrito no Livro da Lei, Livro da Sabedoria.

Aos Senadores que são Maçons, lembre também a eles os ensinamentos de Jesus

Cristo, que Ele tanto pregou aqui na terra: liberdade, igualdade e fraternidade.

Não desamparem as viúvas, "deixando-as ainda mais na miséria. Elas esperam da parte dos Senadores somente justiça".

Desculpe-me se me prolonguei muito, quero penhoradamente em nome de todos os aposentados e pensionistas da Previdência Social lhe agradecer pelo que o senhor puder fazer por nós e dizendo que em nossas preces vamos pedir a Deus, o "Grande Arquiteto do Universo", que o ilumine, o conduza e lhe proteja dos males do corpo e da alma, extensivo a toda sua família.

Muito obrigado.

Nota: Assumo inteira responsabilidade do que lhe escrevo, podendo o senhor ler, tornar público e fazer qualquer tipo de comentário desta carta, como lhe convier.

Meu nome é Obed Costa Andrade.

Resido na Travessa Alecrim, nº 29 – Centro

Aracaju

"Em tempo, queria que o senhor agradecesse, em nome de todos os aposentados, aos Senadores Paulo Paim, Mário Couto", Geraldo Mesquita, Pedro Simon, "pela bravura como defendem a nossa causa e a todas as Senadoras e Senadores que nos apóiam".

"Ficaria agradecido e confortado se, pelo menos, acusasse o recebimento desta carta."

Olha, está aqui o contracheque dele. Isso é o retrato de todos os aposentados. Ele compara, e o termo mais dramático, que ele escreve por todos: a agonia e o sofrimento dos aposentados e pensionistas que contribuíram para a Previdência Social são parecidos com os de Jesus Cristo. A diferença é que são lentos e ignorados por determinadas pessoas.

E, aqui, Senador Geraldo Mesquita, estão o contracheque dele e os cálculos. Essa é a ignomínia de que queremos recuperar o Brasil. Ele dá o número e tal, o crédito... Ele recebe R\$1.516,64 hoje. Demonstrativo: 7,11 salários que ele já perdeu, porque ele pagou nove. Mas, já no contrato, ele teve essa decepção. Então, daria R\$2.950,00. Ele recebe, está aqui R\$1.516,64. Todo o mês! Esse fator previdenciário, que nós enterramos, tira desse aposentado R\$1.434,00. Quer dizer, ele recebe 3,6 salários mínimos: menos de quatro. Pagou, a vida toda, nove.

E isso este Senado... Paim, V. Ex^a foi o homenageado com o enterro do fator previdenciário, que o Paim, que está aí, disse que é uma vergonha. Não existe no mundo todo isso.

Não podíamos ficar na história do Brasil como o povo que maltrata, que persegue, que humilha os nossos velhinhos aposentados.

Paim, receba nossos aplausos.

E esta é a verdade, brasileiras e brasileiros: Luiz Inácio, na sua sinceridade, passou pela Câmara Federal e disse: tem 300 picaretas. Se essa Câmara Federal enterrar o que fizemos aqui, a lei que derruba o fator previdenciário, que rouba os aposentados do nosso Brasil, de que fui Relator, que Geraldo Mesquita, Pedro Simon, Mário Couto – ameaçou greve de fome, greve de banho... Se eles enterrarem, ó, brasileiros e brasileiras, Luiz Inácio errou, não são 300 picaretas, são 516 picaretas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, como sempre proferindo um brilhante pronunciamento, sintonizado com os mais legítimos anseios da população brasileira, em particular do povo do Piauí.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao nosso Líder "Dom" Pedro Simon, eminente Senador representando o Rio Grande do Sul nesta Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é com muita alegria que vejo V. Ex^a na Presidência. Sou um admirador muito grande de V. Ex^a. V. Ex^a teve a coragem, num Estado em que um Partido domina, Estado em que o Governo é do Presidente da República, V. Ex^a vem se mantendo numa posição de muita dignidade, de muita seriedade. Eu gostaria de me dirigir aos meus irmãos do Acre, dizendo que devem se orgulhar do trabalho de V. Ex^a.

Há pouco, V. Ex^a, Líder da Bancada Brasileira no Congresso do Mercosul, comunicava-me das suas preocupações, das suas teses, das suas idéias com relação a transformar em realidade o que é realidade. Temos hoje o Congresso do Mercosul – V. Ex^a é o Líder; eu sou um Parlamentar naquele Congresso –, mas, apesar de realidade, falta transformar essa realidade em algo concreto e objetivo. Confio muito no trabalho de V. Ex^a.

Volto a esta tribuna lendo, mais uma vez, pois quero medir as minhas palavras, a minha angústia, a minha preocupação, pois a hora que estamos vivendo é tão intensa. Ouvi, com muita profundidade, o pronunciamento de V. Ex^a; ouvi, com profundidade, o pensamento do Senador Mozarildo; e vi, com muita profundidade, a entrevista do bravo Presidente Garibaldi.

Eu acho que estamos caminhando para um setor. O Presidente Garibaldi, o Senador Mozarildo, V. Ex^a, o nosso querido Senador representante de Brasília, que tem agora uma vitória importante, porque conseguiu

encontrar a fórmula e encaminhou a solução para a Universidade, eu acho que é um momento que nós estamos vivendo em busca de uma solução.

Eu que, pela primeira vez na minha vida, fico a me perguntar o que fazer, sou muito sincero: fico a me perguntar o que fazer. Será que eu já não cumpri a minha missão, com 78 anos? Mas eu pretendo fazer essa análise fria. E são alguns pronunciamentos que pretendo fazer para ver se a gente acorda e alguma coisa se faz.

Querido Presidente, o balanço parcial dos últimos dias: bandidos trancam família inteira no interior da residência e ateiam fogo em Minas Gerais; menina de cinco anos é jogada do 6º andar de um edifício da classe média em São Paulo; menino de nove anos é marcado a ferro em brasa, como gado, numa fazenda de Goiás, bem próximo de onde outra menina é amarrada diariamente, numa espécie de pelourinho dos nossos tempos.

Eu já não digo mais para aonde nós vamos? Eu digo: para onde nós viemos? Não é mais aonde vamos chegar, mas onde fomos parar. Ou, quem sabe, será que de fato viemos? Em que tempo nós estamos?

A ciência colocou o mundo a nossos dedos. Um toque e vejo o Museu do Louvre, a Biblioteca do Pentágono. Com um toque, eu vejo em casa o Museu do Louvre e a Biblioteca do Pentágono, sem sair de Brasília. A tecnologia nos lança ao futuro, cada vez mais antecipado. Mas também, a um único toque, eu viajo dos campos minados do Iraque à favela onde o Estado paralelo instala um tribunal, julga e condena à morte, quem sabe, vítimas da falta do Estado legal. Pois é, a tecnologia parece teimar e nos mostrar também que ainda estamos no passado cada vez mais remoto.

A tecnologia que nos mostra um futuro fantástico é a tecnologia que nos mostra que estamos amarrados a um triste passado, em tempo real. Muitas vezes eu não sei se já estou vivendo uma realidade do final do século XXI ou se a humanidade ainda não saiu dos tempos da caverna. Visitar, mesmo que virtualmente, outros planetas me encanta. Ser visitado pela barbárie, que nada tem de virtual, me espanta.

No ano passado, nesse mesmo período, foi o menor do Rio, lá no Rio de Janeiro. Terror que causou arrepio. Arrastado pelas ruas, ante os olhos aflitos e impotentes da mãe e dos circunstantes que estavam lá. A comoção tomou conta de todas as outras ruas de todo o País. Sim, o menor do Rio de Janeiro causou passeatas e discursos inflamados, rios de tinta! Comoções vieram, como quando se descobriu uma menina presa numa cela, com duas dezenas de homens, no Pará. E a juíza, absolvida pelo Tribunal de Justiça do Pará. Ou um bebê boiando nas águas da Lagoa da

Pampulha. Novas passeatas, novos discursos, velhas tintas... Mas a comoção dobrou as esquinas.

De tão repetitivos, meus irmãos, de tão repetitivos, indo e voltando, como um péndulo de uma tela dos monitores de TV, a ida e vinda desses fatos brutais parece ter criado em nós um efeito hipnotizante, principalmente em quem é responsável por entender que a emoção e a ação constituem muito mais do que uma rima.

Eu não sei que sentimento move um ser dito humano ao cometer uma barbárie, ao puxar um gatilho, ao acender um rastilho, à queima-roupa, a esmo ou teleguiado. Como são as noites de quem vê antes de dormir cenas cruéis de choro de inocente sobre o corpo dilacerado pelas bombas que ele mesmo mandou detonar?

Algumas vezes tamanha barbárie me assola a idéia de inverter o dito popular: parece que a justiça divina não falta, mas tarda. Aí me deparo com a realidade de que a justiça dos homens tarda e falta; realmente é a que tarda e que falta.

Parece que cada vez mais o coração humano de muito se restringe a um mero músculo e suas aurículas e ventrículos já não são mais, já não se constituem na sede de sentimentos, das emoções e da consciência, como ainda teimam em definir melhores dicionários. Um músculo como os outros demais, sinônimo de força, cada vez mais bruta, longe de qualquer significado que indique afeto, amor, índole, caráter!

A comoção tem o tamanho da barbárie, mas infelizmente ela tem durado somente o tempo da audiência na televisão. Parece mesmo que os apresentadores do noticiário tornam-se uma espécie de regentes da nossa indignação. E, nessa orquestra de sentimentos cada vez mais desafinados, nós nos tocamos; sim, nós nos tocamos, mas quase nunca tocamos.

Já disse alguém que pertencemos a uma sociedade do espetáculo. Fazemos cada vez mais apresentações como se fossem únicas, mas andamos de palco em palco, verdadeiros mambembes, ligando e desligando holofotes, ligando e desligando microfones para os nossos instrumentos que são apenas instrumentos de sopro.

Estamos criando um Estado paralelo, para uma sociedade igualmente paralela. A impunidade do Estado legal está levando cada vez mais à justiça pelas próprias mãos. Pior, a certeza de que as leis do Estado legal não são cumpridas está incentivando a bestialidade. A ausência do Estado joga por terra o coletivo, em nome do individual. A "Lei de Gerson", o levar vantagem em tudo, a qualquer preço, a qualquer custo. O cumprimento da lei já não depende mais da culpa. Não. O cumprimento da lei, repito, já não depende mais da

culpa, mas da performance do advogado, da atuação do advogado, ou do seu preço, da capacidade financeira do culpado em contratar o bom advogado. Pior ainda, depende da cor e da classe social de quem pratica o delito.

Não há, portanto, apenas um Estado paralelo. O Estado legal é também discriminador, segregacionista. E anda no passo da justiça dos homens. Tarda. Falta.

Por isso, meus irmãos, não vejo qualquer possibilidade de resgatarmos valores perdidos em tempos de barbárie, até mesmo para que possamos utilizá-los na luta contra essa mesma barbárie, sem recuperarmos o verdadeiro sentido do coletivo.

Fazer valer a isonomia também no sentido dos melhores dicionários, enquanto um “estado daqueles que são governados pelas mesmas leis” ou a “igualdade de todos perante a lei”, ou ainda, que as leis sejam cumpridas no seu sentido isonômico, sem discriminação de qualquer espécie. É preciso acabar imediatamente com a certeza da impunidade, sob pena da multiplicação dessa mesma barbárie.

Sr. Presidente, e agora, meu querido irmão do Rio Grande, Senador Paulo Paim, a quem felicito, vivemos uma noite histórica com a aprovação da sua iniciativa de levarmos aos aposentados as vantagens dadas com o salário mínimo. Vitória espetacular. Eu me orgulho de ser seu irmão e companheiro nessa classe.

A lei que não se cumpre é, talvez, Sr. Presidente, pior que a lei que não existe. Repito: a lei que não se cumpre talvez seja pior que a lei que não existe. Quem sabe a índole do povo fosse capaz, ela própria, de consolidar melhores costumes? Mas a lei que não se cumpre é o alimento da anomalia social. Quando a sociedade percebe que os freios sociais não funcionam, descarrila para a barbárie. O Estado paralelo não se estrutura onde há falta de leis, mas onde impera a certeza de que elas não são cumpridas. Repito: o Estado paralelo é mais formado em cima da falta do cumprimento das leis que existem do que das leis que ainda não existem. O Estado paralelo seria dizimado se o Estado legal cumprisse, efetivamente, as leis que já existem.

É por isso que o País tem, indispensavelmente, de fazer valer o seu Estado legal. Para isso, tem de recuperar a confiabilidade nas suas instituições públicas e de representação política. E aí não há de se criarem, necessariamente, novas leis, mas fazer crer à sociedade a certeza de que elas são, de fato, cumpridas e serão cumpridas.

Concedo um aparte, com o maior prazer, ao nobre Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Caro amigo, Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quando V. Ex^a deixou a Presidência, fiquei preocupado, mas vejo que foi para me dar um aparte, o que me deixa emocionado.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– É porque o seu discurso, Senador Simon, remeteu-me a um famoso pintor e a uma famosa tela que V. Ex^a bem conhece. O pintor é Pablo Picasso, e a tela é Guernica. Com aquela tela, que, hoje, tem o caráter universal, ele pintou os horrores da guerra civil espanhola com o propósito de enaltecer a vida e a dignidade da vida. E V. Ex^a, hoje, tomando às mãos o pincel de Pablo Picasso, mostra a todos nós os horrores de uma sociedade dita moderna, eu acho que com o mesmo propósito, Senador Simon, como o desfecho de seu discurso encaminha. Para enaltecer a vida, para mostrar a todos nós a necessidade de significarmos a vida, que, na visão desses horrores que V. Ex^a aqui declinou – e apenas uma pequena amostragem, mas significativa –, aponta para todos nós a necessidade de refletirmos muito sobre o que está acontecendo. A sociedade dita moderna, que acumula um passivo de horrores, será que é isso que nós queremos? Então eu, mais uma vez, me emociono com a fala de V. Ex^a. Acho que nós deveríamos parar para refletir sobre o que V. Ex^a nos traz hoje aqui. Não só o Senado Federal, todo o País, essa sociedade quase desestruturada, essa sociedade que anda no fio de uma navalha, se equilibrando entre os horrores e a necessidade de construirmos uma sociedade digna, compenetrada. Portanto, Senador Simon, o que me veio à mente com seu pronunciamento foi aquela imagem, já tão distante, de Guernica, um quadro universal que retrata os horrores de uma guerra intestina em um país, com o propósito de seu autor mostrar a necessidade de valorizarmos a vida, mostrar a necessidade de significarmos a vida. Quero, de forma humilde, e muito emocionado, dar os parabéns a V. Ex^a por nos colocar dentro dessa visão, visão que todos temos que ter, de observarmos que isso é fruto... Como diz V. Ex^a, não existe realidade que não seja consequência do que fizemos lá atrás. É esse o seu recado, basicamente. O que hoje acontece é fruto do que vimos fazendo nesses últimos tempos. Precisamos refletir acerca disso para que não se repita, para que possamos consertar as coisas, para que possamos fazer as coisas de modo diferente. Na minha cabeça não cabe a idéia de que isso não é possível. A utopia é possível, sim, de ser realizada. Muito obrigado, inclusive, pela sua fala no dia de hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não calcula com que emoção recebo seu aparte. V. Ex^a traduz, na angústia do meu pronunciamento, a resposta que esperava receber. Que o aparte de V. Ex^a, que é um

símbolo deste pensamento nesta Casa, meus irmãos de televisão da TV Senado, que o aparte do Senador Mesquita consiga fazer V. Ex^as entenderem o significado deste pronunciamento, o significado de um movimento que já, hoje, existe no Senado, que é o de tentar ver – além do dia-a-dia, além dos cartões corporativos, além de tudo o mais – a hora que estamos vivendo. Que eu consiga que pessoas como o Presidente Lula possam sentir, entender e interpretar que, ao lado do papel importante que realiza, e muito bom!, tem algo de positivo maior que ele pode realizar.

O povo brasileiro tem perdido, em escala preocupante, os seus canais de representação política, principalmente nos últimos tempos. Os Partidos políticos e os Parlamentares nunca tiveram tão baixas margens de confiabilidade. O Congresso patina no lamaçal da corrupção. E, para não investigar a corrupção, termina por praticá-la.

As representações políticas não-governamentais foram cooptadas com dinheiro público e, não raras vezes, também mergulham nas águas turvas.

Quantos foram os momentos memoráveis deste Congresso? Quantos foram os grandes debates sobre assuntos dos mais significativos da vida nacional? Na Assembléia Nacional Constituinte, nas Comissões Parlamentares de Inquérito do *Impeachment* e a dos Anões do Orçamento? Mesmo quando não respondemos à altura aos anseios da população, como no caso da emenda que propunha as Diretas Já, ainda assim, o Parlamento manteve a devida confiabilidade popular. O Congresso sempre foi o principal pilar da democracia brasileira.

Quantos foram os momentos memoráveis das principais instituições representativas da sociedade civil na luta pela democracia, pelos direitos humanos, pela ética na política? As organizações estudantis, a antiga UNE, os movimentos populares pela educação, pela saúde, pela justiça social, os sindicatos, meu irmão Paim, de todas as categorias dos trabalhadores, as centrais sindicais, a CUT, os caras-pintadas.

Hoje, perdoem-me, essas mesmas representações muitas vezes se transformaram em satélites da representação oficial, movidas por dinheiro público, por cargos nas instituições de governo, para serem os seus principais dirigentes.

Ontem, tinha a CUT lutando pela independência sindical; ontem, esse imposto sindical era considerado um escândalo. Hoje, totalmente a favor. E, numa festa com o Congresso, com uísque de 12 anos, festejaram o veto do Lula para que o Tribunal de Contas pudesse investigar as suas contas. Quando é que se imaginava isso possível, meus irmãos da CUT?

Hoje, a UNE vibra colhendo lucros fantásticos para o Governo construir a sua sede, que vai ter projeto do Niemeyer, espetacular, lá na Praia do Flamingo. Mas, por mais belo que seja, conforme a força com que for construído, não terá a grandeza e a força do velho prédio da UNE, que representava a luta contra a liberdade, contra a ditadura e a favor da democracia e da liberdade.

A população perdeu, portanto, suas principais representações por convicção, por cooptação ou por corrupção. Enquanto essa mesma situação não for revertida, não serão encontrados os nossos melhores valores de referência.

Na época da ditadura, dizia-se: "Olhe para a UNE, para a OAB, para a CNBB, para a CUT". Para quem vamos olhar hoje?

Novas comoções sociais, novas turbulências políticas virão, e o que restará será a indignação popular, até que tal anomalia social se transforme, individual ou coletivamente, em desobediência civil. Aí, não haverá indignação que resista.

É verdade que a desobediência civil levou à independência da Índia, quando, sem ódio, sem violência, sem radicalização, conseguimos ver o fantástico milagre da Índia independente.

É verdade que a desobediência civil e a resistência levaram o Brasil a lutar contra a ditadura – o povo, na rua, conseguiu a democracia. Mas, ali, nós tínhamos as referências: nós tínhamos Dom Helder, a Igreja, nós tínhamos a UNE, os jovens, nós tínhamos a OAB e a ABI, nós tínhamos tanta gente que hoje não sei onde se encontra.

Nós não podemos generalizar a população brasileira a partir do indivíduo que ateou fogo na casa da família. Não podemos generalizar a população brasileira nem naquele que teria lançado a menina do alto do edifício, nem naquele que cunhou a ferro a sua marca macabra no corpo da criança, nem naquela que manteve em regime de escravidão a adolescente sintomaticamente na área de serviço. Não podemos também generalizar a representação política no cooptação e na corrupção. Existem muitas, muitas, muitas vozes que permanecem timbradas pelos melhores valores: lá, na sociedade; lá, nos estudantes; lá, na Igreja; lá, na OAB; aqui, no Senado; ali, na Câmara dos Deputados. Muitas vozes continuam sendo dignas, firmes e bravas.

Mas, cá entre nós, não podemos negar o efeito devastador das más condutas, principalmente quando adquirem repercussão nacional, sob os holofotes da mídia e as luzes da audiência. Provocam efeitos multiplicadores pela inegável glamourização, já detectada pelos principais editores de jornais e pelos autores da novela de maior audiência. Já disseram

os nossos mais famosos novelistas, repito pela quinta vez: valores bons não propiciam retornos de audiência – retornos financeiros, obviamente. A publicidade paga e depois inclui no preço do produto a encenação: quanto pior, melhor.

Quem deve dar a devida resposta à proliferação da barbárie e à conseqüente comoção e indignação tem que ser o Estado legal. O Estado legal, meu caro Lula, meu caro Garibaldi. Caso contrário, o vácuo da legitimidade, o vácuo da confiabilidade pode ser o culpado ainda mais pelo Estado paralelo. E aí sairemos também ainda mais do necessário equilíbrio: mais barbárie, mais comoção, mais indignidade.

Eu repito: de nada vão adiantar novas leis se elas continuarem não sendo cumpridas. E por que não são colocadas em prática? Por que as leis existentes não são colocadas em prática? Primeiro, porque as instituições que as geraram perderam a confiança da população. Segundo, porque a população sabe que não haverá qualquer punição para quem não as cumprir – isso é o mais importante. O Brasil é o País da impunidade: com quem não cumpre as normas legais, não acontece nada, ninguém vai para a cadeia, pelo menos para quem tiver recursos para se opor ao seu cumprimento, para quem puder financiar um profissional que construa os melhores álibis e – o pior – para quem conseguir comprar a sua inocência através da corrupção de quem é responsável por fazê-las cumprir. Pior ainda: a população sabe, cada vez com maior detalhe, que os pecados dessas mesmas leis não são, apenas, mortais, mas originais, porque a corrupção se fez desde a sua concepção. A população sabe que houve desvios desde que as leis foram geradas, antes, portanto, de sua prática.

Repito, também – agora, como decorrência desse estado de anomalia social –: há que se fortalecer a representação política, há que se restabelecer a confiança da população nas suas instituições, públicas e privadas, governamentais e não-governamentais; há que se reconstruir um Estado legal legítimo e representativo das aspirações maiores da população.

É preciso ocupar o vácuo que o próprio Estado legal deixou construir e que foi ocupado pelo Estado paralelo do narcotráfico, da pirataria, da sonegação e da barbárie.

Não há que se colocar microscópio de alta definição sobre nosso corpo social para se detectar a bactéria que corrói a legitimidade do Estado, representado por suas principais instituições públicas. É a corrupção! Pior: tudo indica que a bactéria da corrupção está desenvolvendo anticorpos cada vez mais fortes, e poderá não haver, daqui a algum tempo, antibiótico com poder de cura suficiente para barrar uma possível

septicemia nas nossas representações políticas. Aí, nem a ciência, nem a política. Quem sabe, reste a fé e a confiança em Deus.

Alguns especialistas tentaram quantificar a corrupção no Brasil. Cada método leva a um resultado diferente. Nenhum, porém, abaixa da casa dos bilhões, todos suficientes para sanar nossos principais problemas. Evitando a corrupção, poderíamos resolver a dor nos hospitais, a escuridão do analfabetismo, a violência, a fome, a miséria, a falta do Estado legal, enfim.

Eu também não consigo imaginar as noites de sono dos corruptos, que vê, no último noticiário da noite, o choro da mãe, filho desfalecido no colo, pela falta do hospital que seria construído com o dinheiro roubado e escondido sob o seu colchão, um colchão com etiquetas de paraísos fiscais.

Que sonhos ilustram esse mesmo sono quando ele sabe que, a cada dez horas, uma criança é assassinada no Brasil, muitas delas arrancadas do ambiente familiar pelo tentáculo da fome e da miséria; que milhares morrem, anualmente, por causas plenamente ao alcance da Medicina e do conhecimento médico que, nestes nossos tempos, são considerados elementares?

O que imaginar de doenças que pareciam erradicadas, como a dengue, a febre amarela e tantas outras que voltam a assombrar populações inteiras e que viajaram até nós, neste trem da história, com passagens pagas pela corrupção?

Eu não conheço cena mais triste que a de uma mãe, choro convulsivo, a implorar pela vida do filho no colo, muitas vezes em vão, porque lhe resta, tão-somente, a extrema-unção. Que aurículas e que ventrículos podem continuar insensíveis a essas lágrimas de desespero?

Por isso, eu não vejo diferença entre a atitude de quem ateou fogo na casa, de quem atirou a criança pela janela, de quem marcou a ferro a criança ou de quem amarrou a jovem na sua área de serviço e a de quem roubou dinheiro público cuja falta provocou a morte da criança nos braços da mãe aflita. São, todos, igualmente, bárbaros; não haverá sono tranquilo que os conforta.

Mas não há que se esperar, apenas, a justiça divina, muito menos a justiça pelas próprias mãos: a justiça dos homens, além de necessária, é suficiente, basta colocá-la em prática.

Com o maior prazer, ouço V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, o pronunciamento de V. Ex^a, nesta manhã, quase tarde de sexta-feira, é uma verdadeira aula de civilidade, de bons costumes. Complementando

aquilo que falei ao ler o artigo do jornalista Augusto Nunes, que disse que houve uma banalização da safadeza no País, eu diria que a corrupção maior é justamente a corrupção estatal, patrocinada pelo Governo Federal, seja por meio dessas emendas, seja pelas formas as mais sofisticadas possíveis, inclusive por meio de mensalões, cartões corporativos e tudo mais. V. Ex^a pergunta sobre os remédios a serem utilizados para combater esse mal. Acho que V. Ex^a poderia coordenar um grupo de Parlamentares aqui no Senado para trabalhar nesse sentido. E listo, pelo menos, dez, doze Parlamentares que, de forma suprapartidária, poderiam atuar: V. Ex^a, Senador Paulo Paim, Senador Geraldo Mesquita, Senador Mão Santa, Senador Papaléo Paes, Senador Jarbas Vasconcelos, com quem já tive oportunidade de conversar. Temos de agir realmente, não a reboque dos interesses partidários e fisiológicos, mas trabalhar realmente uma agenda como, por exemplo, a que li, que pode ser ampliada ou aperfeiçoadada, para que possamos mudar realmente a face dessa realidade cruel, em relação à qual, como V. Ex^a disse em um aparte a mim, nós, no mínimo, somos omissos. Eu gostaria de engrossar as fileiras desse movimento, que V. Ex^a poderia coordenar, para fazermos realmente essa mudança necessária.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Recebo com muita seriedade o seu aparte, porque V. Ex^a vem debatendo essa matéria há muito tempo e lança uma idéia que tem significado.

Temos aqui uma série de vozes isoladas, e o que está acontecendo é que – vamos falar com pureza – o debate está bipolarizado. Aconteceu! Não adianta negar, aconteceu! Quer dizer, foram oito anos de Fernando Henrique e oito anos de Lula. Então, é o debate entre um e outro, não se pode fugir disso. Como a perspectiva do futuro parece que vai ser o debate, nas próximas eleições, entre um e outro, não se pode fugir disso.

Se, como diz V. Ex^a, nós nos reunirmos, podemos fazer algo diferente. “Não, por amor de Deus, quanta coisa boa o Lula está fazendo!” Vamos aplaudir, e vamos debater o que está errado. “Quanta coisa boa o Fernando Henrique fez!” Vamos aplaudir, e vamos discutir o que está errado.

Precisamos fugir dessa bipolarização e debater o que deve ser feito. Onde nós formarmos esse grupo, para onde ele for, será decisivo: nós poderemos mudar o eixo do Congresso.

A bipolarização já existia, mas veio à tona com exagerada clareza nas duas CPIs, é o lado de lá e o lado de cá. Agora – reparem –, quando se criou a do Senado, quem o PMDB indicou? O Líder do Governo, o Líder do PMDB e um Senador muito bacana do

Amapá, que é o representante físico do Presidente Sarney. Querem levar para a mesma bipolarização. E é aí que eu quero chegar.

O que V. Ex^a está propondo, de encontrarmos um caminho nem contra nem a favor de A ou B, mas a favor do Brasil, talvez seja o foco inicial para se ter uma voz aqui no Senado que vai ter repercussão muito importante na sociedade civil.

Estou de acordo em participar como mais um desse movimento que teria um grande significado, digo com toda a sinceridade.

Não há que se esperar, também, pela comoção do corrupto, ou do corruptor. Nem se preocupar com as suas noites de sono. Eles parecem insensíveis, porque foram eles que desenvolveram os tais anticorpos da nossa septicemia social e política. Então, que se prescreva o antibiótico da lei! Que não é somente de última geração, mas de todas. Principalmente as que ainda virão!

É evidente que não haverá mudança de cima para baixo, de dentro para fora. A população, meus irmãos que me assistem neste momento pela TV Senado, a imensa maioria não cooptada pelos holofotes e pelas luzes do poder, terá que desenvolver mecanismos de pressão no sentido de que se cumpram as leis. Não há o cidadão municipal, estadual ou federal. Cidadania e plenitude não se dividem.

Mas a corrupção atua nesses três níveis, não necessariamente com os mesmos métodos e os mesmos agentes. Então, o primeiro passo é a comunidade atuar no nível local, afinal, onde a maioria dos recursos é ou deveria ser alocada. Formar novas representações livres de cooptação, para acompanhar os gastos públicos, independentemente de onde eles surgirem. Cobrar a execução da ação governamental e investigar os recursos gastos na sua implementação.

Já existem experiências bem-sucedidas nesse sentido, meus irmãos. A população já se reuniu várias vezes, por intermédio de suas representações municipais de empresários, trabalhadores e de categorias profissionais, e passou a exercer a cidadania no seu significado único, pleno. Não se montou um Estado paralelo. Ao contrário, cobrou-se o exercício devido ao Estado legal.

Essa mesma população não se propunha a criar novas leis apenas, nem era o seu desejo impor novos costumes. Fez cumprir as leis já existentes. Esses exemplos têm, necessariamente, que ser multiplicados.

É preciso que os órgãos encarregados de controle dos gastos públicos, em todos nos níveis, trabalhem de forma coordenada.

A Controladoria-Geral da União, os Tribunais de Conta da União, dos Estados e dos Municípios, onde

eles existam, devem desenvolver mecanismos de auditoria das contas públicas que permitam maior integração na troca de informações, não só em relação aos métodos de investigação, mas também nos preços das obras das demais compras governamentais de bens e serviços.

É necessário resgatar os mecanismos já existentes de investigação e de acompanhamento dos gastos públicos. Também aí não há necessidade de criar novos instrumentos investigativos. Eu não vejo melhor instrumento, melhor fórmula, do que as CPIs – Comissões Parlamentares de Inquéritos em todos os níveis. Mas as CPIs, infelizmente, estão se humilhando, se desmoralizando, principalmente, nos últimos tempos. Transformaram-se em celeiros de não-investigação, em cartórios distribuidores de atestado de idoneidade. Recuperar o verdadeiro sentido das CPIs é, também, um passo significativo para o aumento da legitimidade dos parlamentos, principalmente o federal, para o fortalecimento das representações políticas nos três níveis.

As instituições políticas têm que fortalecer os seus órgãos próprios de investigação e de controle de riscos. Instituir ouvidorias, para que o cidadão possa contribuir com informações e sugestões sobre o financiamento da máquina pública, nos diferentes segmentos.

O cidadão passa a ser, efetivamente, um soldado na luta contra a corrupção, contra o mau uso do recurso coletivo. Um verdadeiro exercício de controle social.

A Comissão Especial de Investigação, criada pelo então Presidente Itamar Franco, lamentavelmente extinta pelo Presidente Fernando Henrique, foi uma grande experiência, bem-sucedida, de combate à corrupção. Formada por representantes notáveis de diferentes segmentos da população, com reputação absolutamente ilibada e respaldo político para investigar, independente de qualquer segmento político do Governo Federal, a CEI cumpriu efetivamente um grande papel, que deve ser repetido nas atribuições do Estado legal. Era uma Comissão diretamente ligada ao Presidente Itamar, e que investigava todos os sindicatos, todos os ministérios. Todos os ministros deveriam lá comparecer e prestar informações. Era realmente um controle que impunha respeito a todo o Governo. O Sr. Fernando Henrique a extinguiu, terminou com ela.

As organizações não-governamentais também podem exercer uma influência no melhor uso dos recursos públicos. Infelizmente, o noticiário tem sido farto, dando conta de que as ONGs, em parcela significativa, também tiveram a sua trajetória desvirtuada pela corrupção.

Acabaram por chegar longe de serem não-governamentais. Ao contrário, tornaram-se verdadeiros

apêndices das instituições públicas. E, o que é pior: além de contaminadas pela corrupção dos corredores públicos, contribuíram, em muito, para o desmontamento do Estado legal. Nesse caso, não se caracterizam como estado paralelo, e não ocuparam um vácuo deixado pelo Estado legal. Foi exatamente esse mesmo Estado legal que abriu caminho para as organizações não-governamentais. Que, a propósito, pouco têm de não-governamentais. Importou os recursos do Governo e, de cambulhada, o mau uso desses recursos. Se mudadas, entretanto, podem ser vínculo importante de bom sucesso do Estado e entidade particular.

Tudo isso corrobora a idéia de que não há necessidade de uma sofisticada “mecatrônica política” para se atacar a corrupção no Brasil. Os sistemas existentes, já utilizados com sucesso, podem levar-nos a melhores cenários sociais, econômicos, políticos e morais.

Volto a repetir, para ser enfático: a sociedade brasileira não pode continuar, apenas, sob os efeitos de comoções repetitivas. Que geram indignação, como agora o caso de São Paulo, mas que, pelo próprio efeito repetitivo e pela falta de ações que permitam acionar novos e melhores valores, produzem, também, efeitos hipnotizantes. Não podemos, a cada dobrar da esquina que se repete, nos acostumar com as comoções e com as indignações.

Enquanto isso, milhares de crianças continuarão morrendo, nos braços de igualmente milhares de mãos aflitas. De fome, de miséria, de doenças plenamente controláveis. Muitas delas que, imaginávamos, estavam completamente desaparecidas em nosso País.

Enquanto isso, milhares de outros indivíduos, na falta de perspectiva de vida e de melhores valores de referência, continuarão praticamente à margem. No Brasil, repito, uma criança é morta, assassinada, a cada 10 horas. E os números da violência infantil estão muito além das estatísticas oficiais.

Enquanto isso, o dinheiro, o mesmo que falta à cidadania na sua plenitude e ao Estado legal inspirador de valores mais nobres, foge pelos desvãos da corrupção. E os números da corrupção, apesar de tamanhos, escondem-se nas estatísticas oficiais.

A população escolhe um canal de televisão e assiste – quem sabe, mais indignada do que comovida – ao grande debate sobre quem teria jogado a criança inocente pela janela.

A população muda de canal e vê – agora sim, mais indignada ainda – um outro grande debate sobre quem vazou para a imprensa os gastos feitos com os cartões corporativos.

O que quero dizer, afinal, meus irmãos, é que há um nexo, uma forte correlação entre um e outro assunto, independentemente do canal. Ambos dão conta

do desvio de conduta e de que não haverá nenhuma necessidade de uma nova escola de detetives para se saber quem são os verdadeiros culpados. Basta que se investigue e se cumpram evidentemente as leis.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a apresentar, no sentido de buscar, como disse o Senador Mozarildo, uma perspectiva de que esta Casa faça alguma coisa e não apenas assista. Que a população assista, tudo bem! Mas nós temos o poder. Nós somos um Poder! Temos de dar uma resposta. Por menor que seja, temos de dar uma resposta, porque a verdade é uma só: se ficarmos de braços cruzados, somos co-responsáveis. Tudo o que acontecer daí, a culpa também é nossa, porque temos condições de fazer e não fazemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, permita-me, aqui da tribuna da Presidência dos trabalhos neste momento, dizer que, para mim, foi muito importante quando, hoje pela manhã, V. Ex^a, ao entrar no plenário, me disse que estaria disposto a dialogar com todos os setores da sociedade: se necessário, ir à Câmara dos Deputados; se necessário, conversar com Ministros; se necessário, ir até o Presidente da República, no sentido de que aquelas duas propostas que aprovamos aqui na última quarta-feira, ou seja, o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados, se tornem leis.

V. Ex^a dizia mais – permita-me aqui -, porque eu acho que é uma homenagem justa, e pela credibilidade de que tenho certeza V. Ex^a tem no Brasil.

V. Ex^a disse que essas duas leis, que são nossas, lembram um grande líder do Rio Grande do Sul, que foi Floriceno Paixão, autor do décimo terceiro. Um depoimento como esse, de V. Ex^a, eu tomei a liberdade de dar aqui, porque vai na linha da sua proposta.

Que façamos um grupo de Senadores e Deputados dispostos a apresentar uma agenda positiva, com compromisso com todo o nosso povo e com toda a nossa gente.

Por isso, meus cumprimentos pelo seu pronunciamento e a liberdade que tive de expressar algo que V. Ex^a falou aqui quando chegava, hoje pela manhã.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É exato, Sr. Presidente, eu lhe digo com toda sinceridade. Eu fiquei emocionado ao ver a sua iniciativa ser aprovada. É verdade que nós temos que ter muito cuidado, porque o Líder do Governo foi muito sincero ao dizer que é muito difícil ela ser aprovada, dando a entender que, na Câmara, ele vai tentar derrubá-la.

Eu acho que nós temos que fazer, lá na Câmara, um movimento – e com muita humildade, porque a Câmara não gosta muito de votar leis do Senado; ela gosta de ter a iniciativa –, para mostrar que, nesse

caso, a questão da Câmara é ou votar favoravelmente ou ser responsável pela negativa.

E acho que, se nós conseguirmos, devemos começar pelo Líder do PT, para ver quem vai ser o relator – é muito importante o relator –, e fazermos um bom trabalho.

E V. Ex^a me dizia, e eu lia na imprensa, que, vindo de Rio Grande a Porto Alegre em companhia do Presidente da República, no seu avião, V. Ex^a levantou essa questão. E ele, Presidente Lula, disse que falaria com o Ministro, no sentido de ver.

Eu acho que nós temos de fazer um grande movimento, e provavelmente isso seja aprovado. É algo que, eu disse e repito, é tão importante quanto foi a votação do 13º salário. Esses milhões de brasileiros não podem ser culpados pelo que há de mal na sociedade.

A Previdência está difícil? Está difícil. É grave? É grave. Mas sabemos que existem inúmeros escândalos. Milhares e milhares de pessoas já morreram e continuam recebendo. A informação que tenho é que só em uma cidade satélite de Brasília há mais de 150 cidadãos com mais de cem anos de idade e que estão recebendo aposentadoria. É claro que já morreram. Sanando isso e dando justiça ao aposentado, estaremos fazendo um grande trabalho.

Felictito-o por V. Ex^a estar à frente desse trabalho. Coloco-me como um auxiliar seu para fazer o que for necessário.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Queria, no encerramento desta sessão, dizer que recebi correspondência da Presidente da Rede Latino-americana de Organizações Não-governamentais de Pessoas com Deficiência e seus Familiares (Riadis), e também da coordenadora estadual das políticas da pessoa com deficiência do Estado da Bahia, Sr^a Regina Atalla, informando que o Equador, enfim, efetivou o depósito da Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e do protocolo facultativo junto à Secretaria-Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU). Trata-se da 20^a ratificação, número necessário para que a convenção passe a vigorar a partir do dia 3 de maio.

Com satisfação, registramos que, enfim, a Convenção dos direitos da pessoa com deficiência vai passar a vigorar a partir dessa decisão tomada recentemente pelo Equador.

Quero apenas lembrar que já assinaram a convenção países como Bangladesh, Croácia, Cuba, Equador, El Salvador, Gabão, Guiné, Hungria, Índia, Jamaica, Jordânia, México, Namíbia, Nicarágua, Panamá, Peru, San Marino, África do Sul, Espanha, Tunísia e o Brasil.

Era esse o registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Neste momento, a Presidência também comunica às Sras e aos Srs. Senadores que a Sessão Especial do Senado destinada a comemorar o Bicentenário do Poder Judiciário e homenagear a Ministra Ellen Gracie foi transformada em Sessão Solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 15 próximo, às 10 horas, neste plenário, quando S. Ex^a será agraciada com a Ordem do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os Srs. Senadores Gerson Camata e Marco Maciel enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exas. serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, em sua edição da última sexta-feira, o jornal **Valor Econômico** publica uma extensa reportagem sobre a economia do Espírito Santo, que experimentou uma mudança radical de perfil e um índice de crescimento expressivo nos últimos anos, graças à expansão dos setores siderúrgico, de mineração e de petróleo e gás. Vale a pena citar alguns dos dados mencionados pela reportagem, pois demonstram que o Estado lançou as bases para um desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Só no ano passado, a indústria capixaba cresceu 7 e meio por cento, acima dos 6 por cento da média brasileira. Para se ter uma idéia melhor do ritmo desse crescimento, em 1960 a indústria representava apenas 6 por cento do Produto Interno Bruto estadual, contra 51 por cento da agricultura. Em 2005, a indústria contribuiu com 27 por cento para o PIB capixaba, de acordo com o IBGE.

A diversificação, mais especificamente com a inclusão do petróleo entre os principais ativos econômicos do Estado, pode ser um fenômeno recente, mas foi assentada em bases sólidas. O processo ganhou impulso decisivo quando o governo capixaba, com Paulo Hartung à frente, saneou as finanças, organizando o Estado do ponto de vista fiscal, depois de anos de desordem nas contas públicas. Basta lembrar que, no final de 2002, éramos um Estado inadimplente, que devia a servidores, fornecedores

e prestadores de serviços, entre outros, um total de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

No caso dos royalties do petróleo, o governo preocupou-se em evitar distorções, favorecendo a descentralização do desenvolvimento, por meio da criação do Fundo de Redução das Desigualdades Regionais, que utiliza 30 por cento da arrecadação direta para distribuir recursos entre os municípios que não recebem royalties. São recursos que só podem ser aplicados em investimentos em áreas essenciais.

Hoje, o Governo estadual planeja investimentos, com recursos próprios, que podem chegar a 1 bilhão de reais. No ano passado, foram 820 milhões de reais. O PIB per capita de 2005, 13.846 reais, foi o quinto maior do País, à frente de Estados como o Rio Grande do Sul e o Paraná.

Índices mais recentes atestam que o Espírito Santo está unido em torno de uma agenda comum, modernizadora e desenvolvimentista. De acordo com estatísticas de 2007, o emprego formal cresceu 33 por cento no Estado, enquanto a média nacional foi de 26,6 por cento. As vendas de veículos aumentaram em 38,1 por cento, contra 30,6 por cento no País. Quanto ao consumo residencial de energia, cresceu 8,7 por cento, contra 6 e meio por cento da média nacional.

Entre 2002 e 2006, 300 mil pessoas deixaram a linha de pobreza. Assim, nossa taxa de pobreza caiu de 23,8 por cento no início daquele período para 16,1 por cento em 2006, enquanto no Brasil a queda foi de 32,9 por cento para 26,8 por cento.

O novo patamar de desenvolvimento alcançado pelo Espírito Santo não exime o Estado de enfrentar desafios como o da redução dos índices de violência e da melhoria da qualidade da educação. Mas, como assinala a reportagem, a atual administração não foge de tais problemas. No primeiro mandato, venceu o crime organizado, e agora dedica-se a aparelhar a polícia, dotando-a de condições para combater o tráfico de drogas, e a ampliar seu quadro de pessoal. Na área da educação, reintroduziu o ensino profissionalizante e está comprando vagas na rede privada para alunos carentes.

O espírito empreendedor capixaba está sintetizado na história do mecânico Salvador Turco, citado pela reportagem do Valor. Em 1978, deixou o emprego na fábrica de chocolates Garoto para montar uma pequena serralheria em Vila Velha. A serralheria transformou-se na União Engenharia, uma empresa especializada na produção de bens de capital sob encomenda e em montagens industriais que, em 2005, tinha 120 empre-

gados. Hoje, tem 1.500, e deve chegar a 2 mil até o fim do ano. É uma história exemplar, e mostra que, aliado a um governo dotado de visão estratégica, o dinamismo da iniciativa privada é fundamental para garantir o crescimento registrado pelo Espírito Santo.

Um segundo assunto, Sr Presidente, Srs e Srs. Senadores, que quero abordar é que, em várias ocasiões, tive a oportunidade de utilizar esta tribuna para alertar que a falta de mão-de-obra qualificada é um problema crescente em nosso país. A demanda por profissionais especializados é muito maior que a capacidade de formação dos colégios técnicos e unidades do Sesi e Senac. O resultado é que temos milhões de desempregados e milhares de vagas de emprego que não são preenchidas, pois as empresas não encontram entre eles pessoas preparadas para integrar seus quadros.

Um exemplo dessa escassez é a campanha desencadeada pela Companhia Vale do Rio Doce, que pretende contratar 62 mil novos empregados nos próximos 5 anos. Para encontrar pessoal especializado, a empresa está recorrendo a países como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Austrália. É consequência da globalização da economia e da internacionalização da Vale, hoje uma multinacional brasileira. Mas é também sintoma da carência, no Brasil, de trabalhadores em condições de ocupar os novos postos de trabalho.

Na área dos profissionais de nível técnico superior, a disputa é tão grande que as maiores empresas recorrem a aposentados ou procuram profissionais qualificados já empregados pela Petrobras. Salários de geólogos e engenheiros tiveram alta significativa nos últimos anos, mas, de acordo com reportagens publicadas pelos principais jornais, a valorização não se limitou aos portadores de diploma universitário. Hoje em dia, um soldador tem salário inicial entre 1 mil e 200 reais e 2 mil e 100 reais, e os formandos do Sesi e Senac encontram emprego tão logo concluem seus cursos.

É ótimo que os salários subam, mas esse fato positivo também indica que estão faltando profissionais qualificados. Nos próximos 2 anos, está prevista a execução de 4 grandes projetos de usinas siderúrgicas no País. Calcula-se que eles exigirão a contratação de 1 mil e 600 engenheiros, sem contar uma infinidade de trabalhadores especializados. Onde encontrá-los?

O Brasil forma 33 mil engenheiros e arquitetos por ano, enquanto a Coréia forma 80 mil engenheiros anualmente. A Índia, 250 mil e a China, 350 mil. Em

nossa país, apenas 11 por cento da população entre 18 e 24 anos estão na universidade – e deste total, só 13 por cento cursam carreiras tecnológicas. É um índice que, nos países desenvolvidos, varia de 40 por cento a 70 por cento.

O Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, realizou uma pesquisa, divulgada no final do ano passado, segundo a qual até o fim de 2007 o Brasil teria 7 milhões e 400 mil trabalhadores sem qualificação ou experiência profissional procurando emprego. Das 9 milhões e 100 mil pessoas em busca de uma vaga, apenas 1 milhão e 700 mil, pouco mais de 18 por cento do total, teriam qualificação para conquistar uma vaga.

É um quadro preocupante, ainda mais se levarmos em conta as recentes conclusões de um projeto coordenado por pesquisadores de universidades paulistas. Realizado com o objetivo de descobrir quais são os entraves para a instalação de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas multinacionais no Brasil, ele identificou a falta de pessoal capacitado em qualidade, competência técnica, pró-atividade, capacidade criativa e flexibilidade como o principal obstáculo. O resultado é que estamos perdendo esses centros de pesquisa e desenvolvimento, uma fonte de inovações, para outros países emergentes, como a Índia e a China.

Também, no ano passado, em extenso inventário sobre a qualificação de mão-de-obra, a Confederação Nacional da Indústria descobriu que a falta de capacitação do trabalhador tem impactos negativos especialmente na área de produção, o que restringe o aumento da competitividade. Das mais de 1.700 indústrias consultadas, 56 por cento apontaram como um problema para a empresa a falta de mão-de-obra qualificada.

Enfim, não faltam diagnósticos evidenciando que o problema existe, e está se tornando mais grave a cada dia. E não se trata de algo que possa ser resolvido da noite para o dia. Estamos falando de uma deficiência que, para ser solucionada, exige um prazo de 8 a 10 anos. Se medidas urgentes não forem tomadas, pagaremos caro pela imprevidência.

O SR. MARCO MACIEL (DEM-PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores,

Requeiro a transcrição nos anais do Senado Federal, do artigo “20 anos sem Antonio Farias”, de autoria de Gustavo Krause, publicado no **Jornal do Commercio**, de 5 de abril de 2008.

20 anos sem Antônio Farias

Por nai do Commercio, 6 de abril de 2008 / Opinião P19.

Ela marca do dia 13 de abril do corrente ano, marca de saudade da família e dos amigos; marca de ausência da vida pública brasileira. Ambas, posso afirmar, sentidas e dóvidas. No seio da família e entre os amigos, a saudade que não apaga nunca; na vida pública uma lacuna do homem que encarnava valores caros e, cada vez mais raro, na política brasileira. Digo isto com a autoridade de quem participou da mesma equipe de governo e teve a honra de sucedê-lo na Prefeitura da Cidade do Recife. A equipe a que me refiro é a do Governo Moura Cavalcanti.

Nela, a história reconheceu a ouvidoria e o acerto das escolhas, tanto que, sob a liderança e inspiração do governador, aquela equipe enxergou horizontes estratégicos para Pernambuco e, vários dos seus integrantes, pontificaram e, ainda hoje, pontificam no cenário estadual e nacional. Uma longevidade incomum.

A ouvidoria do governador estava

na escolha da maioria de técnicos que não havia sequer ingressado nas três décadas de existência, mesclados com a experiência de um Arthur Pio, Fernando Menezes, o decano Veloço Costa e o ex-deputado, sempre bom de voto (no primeiro mandato estadual, o segundo mais votado e, no segundo mandato, o mais votado) Antônio Farias.

O olho clínico de Moura encontrou Antônio tornando conta dos negócios da família em virtude do falecimento do pai, Severino Farias, trouxe-o de volta à vida pública para ocupar a pasta da agricultura, posteriormente, deslocado para assumir a Prefeitura.

Era uma aposta e, aparentemente, uma aposta arriscada, afinal de contas, o desafio colocado era a gestão urbana da complexa cidade do Recife.

Mais adiante, confirmara-se o que o olho clínico de Moura enxergou. Antônio Farias possuía virtudes indispensáveis ao exercício de qualquer função pública – ética, lealdade, responsabilidade, equilí-

transmissão (...) Abraco-o Farias; tributo ao homem do fazer e à obra edificada; tributo incondicional, não ao que Farias, porque, Antônio, fizeste".

Vida interrompida no esplendor da maturidade e no auge da carreira política, Antônio Farias, senador pernambucano, tinha muito por fazer pela sua terra e pelo Brasil; Antônio Farias, o cidadão, tinha muito a que construir ao lado de sua família.

Deu certo e muito certo.

Seu sereno temperamento, conduto com timidez, revelava, isto sim, singular capacidade de ouvir mais do que falar; de outra parte, o estilo discreto se manifestava na eficiência gerencial que levou Antônio Farias a realizar uma obra marcante como prefeito do Recife.

Nada mais fiz do que justiça, no ato da transmissão de cargo de prefeito, ao saudá-lo com palavras verdadeiras e reconhecidas de cidadão recifense: "Contem a obra visível de que o Recife se alegra e que a cidade agradece – obras do administrador, feitas de pedra e cal. Vejo, também, Farias, em você as realizações invisíveis, obras do homem, feitas de religião e sensibilidade: a moralidade administrativa, o cultivo dos bons hábitos, a lealdade, Farias, que não tem posse nem

transmissão (...) Abraco-o Farias; tributo ao homem do fazer e à obra edificada; tributo incondicional, não ao que Farias, porque, Antônio, fizeste".

Vida interrompida no esplendor da maturidade e no auge da carreira política, Antônio Farias, senador pernambucano, tinha muito por fazer pela sua terra e pelo Brasil; Antônio Farias, o cidadão, tinha muito a que construir ao lado de sua família.

O que cala fundo é que se nunca lhe faltaram, em vida, desvelo, dedicação, carinho e o amor de Geralda, mulher de fibra, alma guerreira e coração generoso, dos filhos Eduardo, Maria Carmen e Marcelle, regam-lhe a memória e o legado, diariamente, todos estes sentimentos, fundidos na permanência da saudade, remédio prescrito por Deus para que a criatura humana possa suportar as ausências queridas.

» Gustavo Krause, consultor de empresas, foi prefeito do Recife.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 48 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008, PUBLICADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2008, QUE “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 613.752.057,00 (seiscentos e treze milhões, setecentos e cinqüenta e dois mil, cinqüenta e sete reais), para os fins que especifica.”

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
GERALDO RESENDE	09 a 12
MAURO NAZIF	01 a 03
SARNEY FILHO	05 a 08
WALDIR MARANHÃO	04

Índice de Emendas mpv 423/2008 - EMENDA

Total por Parlamentar

GERALDO RESENDE	00009 a 00012	4
MAURO NAZIF	00001 a 00003	3
SARNEY FILHO	00005 a 00008	4
WALDIR MARANHÃO CARDOSO	00004	1
WALDIR NEVES		

Total de Emendas: 12

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00001**
MPV 423/2008
Mensagem 0016/2008-CN**INSTRUÇÕES NO VERSO****MP n.º 423/2008****MEDIDAS PROVISÓRIAS****PÁGINA
1 DE 1****TEXTO**

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 423/2008-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes - Unidade Orçamentária 39252(DNIT) - Programa 0236 (Corredor Oeste-Norte), o seguinte subtítulo:

UO: 39252 – DNIT

Programa 0236 (Corredor Oeste-Norte)

Funcional Programática: 26.782.0663.1F40.XXXX

Conservação de Trecho Rodoviário – BR 429 - No Estado de Rondônia (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Valor: R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

Cancelar:

UO: 39252 – DNIT

Programa 0663 (Segurança Pública nas Rodovias Federais)

Funcional Programática: 26.782.0663.1F40.0101

Obras Rodoviárias Emergências - Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 311 / Valor: R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de importante rodovia federal localizada no Estado de Rondônia, concentrando em vários de seus trechos um fluxo muito grande de veículos. Considerada a rodovia do produtor, por ela passa grande parte do escoamento da produção agropecuária daquela região, ocasionando na maioria da sua extensão deterioração da pista, necessitando portanto, de manutenção e conservação, periódica, principalmente no período chuvoso..

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****MAURO NAZIF****RO****PSB****DATA**

09/04/08

ASSINATURA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00002**MPV 423/2008**

Mensagem 0016/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP n.º 423/2008

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 423/2008-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes - Unidade Orçamentária 39252(DNIT) - Programa 0236 (Corredor Oeste-Norte), o seguinte subtítulo:

UO: 39252 – DNIT

Programa 0236 (Corredor Oeste-Norte)

Funcional Programática: 26.782.0663.1F40.XXXX

Conservação de 50km no Trecho entre Ariquemes/Jaru – BR 364 - No Estado de Rondônia (Crédito Extraordinário)
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Valor: R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)

Cancelar:

UO: 39252 – DNIT

Programa 0663 (Segurança Pública nas Rodovias Federais)

Funcional Programática: 26.782.0663.1F40.0101

Obras Rodoviárias Emergências - Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 311 / Valor: R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da mais importante rodovia federal localizada no Estado de Rondônia, é a rodovia que liga os estados de Rondônia e do Acre ao resto do País. Por ela trafega diariamente um numero muito grande de veículos, principalmente de caminhões pesados., provocando desgaste e deterioração ao longo de vários trechos da BR, principalmente no período chuvoso. No trecho proposto por esse emenda, localizado entre os municípios de Ariquemes e Jaru, encontramos com uma certa freqüência a necessidade de manutenção e conservação. Esse é considerado um dos trechos mais perigosos da rodovia, não só pelo grande fluxo de veículos, mas sobretudo pela falta de manutenção e conservação. Por isso, achamos necessário a alocação de recursos orçamentários, no âmbito do Ministério dos Transportes, no valor proposto por essa emenda, para sanar os problemas de traficabilidade aquele trecho da BR ~ 364, no Estado de Rondônia.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

MAURO NAZIF

UF

RO

PARTIDO

PSB

DATA

ASSINATURA

06/04/08

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00003
MPV 423/2008
Mensagem 0016/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP n.º 423/2008PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 423/2008-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional - Unidade Orçamentária 53101(M. Integração Nacional) - Programa 1027 (Prevenção e Preparação para Emergência e Desastre), o seguinte subtítulo:

UO: 53101 – M. Integração Nacional

Programa 1027 (Prevenção e Preparação para Emergência e Desastre)

Funcional Programática: 06.182.1027.8348.XXXX

Apoio a Obras Preventivas de Desastres – No Distrito de Calama no Município de Porto Velho - No Estado do Rondônia (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais)

Cancelar:

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Programa 1027 (Prevenção e Preparação para Desastres)

Funcional Programática: 06.182.1027.8348.4003

Apoio a Obras Preventivas de Desastres-Nacional(Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A construção de um Muro de Contenção às margem do Rio Madeira no Distrito De Calama, localizado no Município de Porto Velho/RO, é de extrema urgência. A violência das águas do Rio Madeira, principalmente nas épocas de cheia, vêm causando grandes deslizamentos das margem. Tal situação progressiva vem colocando em risco as edificações ribeirinhas, e toda a comunidade local.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

MAURO NAZIF

UF

RO

PARTIDO

PSB

DATA

ASSINATURA

09/04/08

{EMBED MSDraw * MERGEFORMAT}
CONGRESSO NACIONAL

EMENDA - 00004
MPV 423/2008
Mensagem 0016/2008-CN

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 10/04/2008	proposição Medida Provisória nº 423/2008			
	autor Deputado WALDIR MARANHÃO	nº do prontuário		
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Modificativa

O texto, constante do Anexo da Medida Provisória 423/2008, funcional programática 06.182.1029.4564.0103, passa a vigorar com seguinte redação:

Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres – Nacional (Crédito Extraordinário)..... 160.000.000,00
Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres – Estado Maranhão..... 20.000.000,00

JUSTIFICATIVA

As enchentes causadas pelas cheias dos rios da região Nordeste arrasaram casas, destruíram estradas e pontes e afetaram a agricultura. Passa de 390 mil o número de pessoas afetadas pelas chuvas que atingem à região em pelo menos seis estados. Diante desse quadro, constatou que o governo federal gastou mais, nos três primeiros meses do ano, remediando ao invés de prevenir. O programa de prevenção de desastres aplicou R\$ 14,9 milhões de recursos previstos em orçamento, enquanto o de “resposta aos desastres” mais do que o dobro, R\$ 38 milhões.

Nos três primeiros meses do ano, nenhum centavo foi sequer empenhado (reservado) na ação “apoio a obras preventivas de desastres”, do programa de prevenção. Mas em se tratando de resposta aos desastres, as ações de “socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres”, de “reabilitação dos cenários de desastres” e de “recuperação de danos causados por desastres”, juntas, executaram um montante de R\$ 38 milhões.

O último levantamento do Centro Nacional de Monitoramento de Riscos e Desastres (Cenad), da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), informa que 227 municípios foram atingidos. Desse total, o maior número de regiões afetadas é no estado da Paraíba (73 municípios), seguido do Rio Grande do Norte (35), Piauí (35), Pernambuco (31), Maranhão (29) e Ceará (24).

PARLAMENTAR

503.276

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00005**MPV 423/2008**

Mensagem 0016/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO**423/2008**

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

1 DE 1

TEXTO

Cancela-se a suplementação no seguinte subtítulo:

U.O.: Ministério da Integração Nacional

F.P.: 06.182.1029.4564.0103 – SOCORRO E ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS ATINGIDAS DESASTRE – NACIONAL (Crédito Extraordinário).

GND: 3 Fonte: 300 M.A.: 90 Valor: R\$ 40.000.000,00

Crie e suplemente-se o seguinte subtítulo:

U.O.: Ministério da Integração Nacional

F.P.: 06.182.1029.4564.XXXX – SOCORRO E ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS ATINGIDAS DESASTRE – EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO (Crédito Extraordinário)

GND: 3 Fonte: 300 M.A.: 40 Valor: R\$ 40.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Especificamente, quanto ao meu querido Estado do Maranhão, infelizmente, temos assistido a situação de emergência em quase 30 municípios, das suas diversas regiões, computando milhares de desabrigados, alojados precariamente, com decretação do estado de emergência em vários e importantes municípios, tais como: Alto Alegre do Pindaré, Gonçalves, Governador Archer, Imperatriz, Jatobá, Paço do Lumiar, Pedreiras, Presidente Dutra, Presidente Vargas e Trizidela do Vale.

No Vale do Mearim, a situação mais grave aconteceu nos municípios de Trizidela do Vale e Pedreiras, com o transbordamento do rio, alagando 70% de suas ruas, desabrigando cerca de 300 famílias, as quais também correm o risco de contrair doenças, como o tétano e endemias, em função da proliferação.

A intensificação das chuvas em na região tocantina, levou ao desalojamento de várias famílias, em função de e transbordamento de vários riachos.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PAI

 DEPUTADO SARNEY FILHO / MA PV

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00006

MPV 423/2008

Mensagem 0016/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO
423/2008

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Cancela-se a suplementação no seguinte subtítulo:

U.O.: Ministério da Integração Nacional

F.P.: 06.182.1027.8348.4003 – APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRE – NACIONAL
(Crédito Extraordinário).

GND: 4 Fonte: 300 M.A.: 90 Valor: R\$ 40.000.000,00

Suplemente-se o seguinte subtítulo:

U.O.: Ministério da Integração Nacional

F.P.: 06.182.1027.8348.0076 – APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRE – NO
ESTADO DO MARANHÃO (Crédito Extraordinário).

GND: 4 Fonte: 300 M.A.: 30 Valor: R\$ 40.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Especificamente, quanto ao meu querido Estado do Maranhão, infelizmente, temos assistido a situação de emergência vivida por quase 30 municípios, das suas diversas regiões, computando milhares de desabrigados, alojados precariamente, obrigando, a decretação do estado de emergência em vários e importantes municípios, tais como: Alto Alegre do Pindaré, Gonçalves Dias, Governador Archer, Imperatriz, Jatobá, Paço do Lumiar, Pedreiras, Presidente Dutra, Presidente Vargas e Trizidela do Vale.

No Vale do Mearim, a situação mais grave aconteceu nos municípios de Trizidela do Vale e Pedreiras, com o transbordamento do rio, alagando 70% de suas ruas, desabrigando cerca de 300 famílias, as quais também correm o risco de contaminação por doenças, como o tétano e endemias, em função de sua proliferação.

A intensificação das chuvas em na região tocantina, levou ao desalojamento de várias famílias, em função de enchentes e transbordamento de vários riachos.

Temos uma destruição quase total de rodovias importantes no escoamento de produção e para o transporte de cargas e alimentos para a população, que além de estar sofrendo com os efeitos normais das enchentes, está passando por um momento de escassez de alimentos, pois quase todos os alimentos consumidos pelos maranhenses são importados de outros estados e o transporte desses alimentos se dá basicamente pela malha rodoviária. Necessitamos urgentemente de reconstruir essas rodovias sob pena das autoridades serem responsáveis pela fome que poderá se instalar de forma brutal em nosso estado.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SARNEY FILHO

MA

PV

DATA

10/04/08

ASSINATURA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00007

MPV 423/2008

Mensagem 0016/2008-CN

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

423/2008

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Cancela-se a suplementação no seguinte subtítulo:

U.O.: 39.252- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES - DNIT

F.P.: 26.782.0663.1F40.0101 – OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS – NACIONAL (Crédito Extraordinário).

GND: 4 Fonte: 311 M.A.: 90 Valor: R\$ 20.000.000,00

Crie e suplemente-se o seguinte subtítulo:

U.O.: 39.252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES - DNIT

F.P.: 26.782.0663.1F40.XXXX – OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS – NO ESTADO DO MARANHÃO (Crédito Extraordinário).

GND: 4 Fonte: 311 M.A.: 90 Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A malha rodoviária também foi, fortemente, atingida e prejudicada. Na MA-201, no trecho que liga São Luís ao município de São José de Ribamar, a cabeceira do ponte sobre o rio São João, foi afetada, após forte erosão provocada pelas chuva. Na MA-203, que liga a capital a Praia da Raposa, os processos erosivos se manifestaram com bastante intensidade, danificando a maior parte do trecho. De uma forma geral, todos os trechos que interligam a Ilha de São Luís, foram bastante afetadas e demandam a realização, imediata, de obras de recuperação. No município de Paço do Lumiar, cerca de 112 famílias foram afetadas, demandando, também, intervenções urgentes.

A intensificação das chuvas em na região tocantina, levou ao desalojamento de várias famílias, em função de enchentes e transbordamento de vários riachos.

A grande maioria das rodovias foi arrastada pela força dos rios, deixando comunidades inteiras isoladas, que além de colocá-las em situação de vulnerabilidade, as deixam sem alimentos; pois a maior parte dos alimentos consumidos pelos maranhenses vêm de outros estados. Sem o direito de ir e vir e sem alimentação a população fica desprovida de seus principais direitos constitucionais.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SARNEY FILHO

MA

PV

DATA

ASSINATURA

10/04/08

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00008

MPV 423/2008

Mensagem 0016/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO	PÁGINA
	423/2008	1 DE 1

TEXTO

Cancela-se a suplementação no seguinte subtítulo:

U.O.: Ministério da Integração Nacional

F.P.: 06.182.1029.4570.4003 - RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENÁRIO DE DESASTRES – NACIONAL (Crédito Extraordinário).

GND: 4 Fonte: 300 M.A.: 90 Valor: R\$ 40.000.000,00

Crie e suplemente-se o seguinte subtítulo:

U.O.: Ministério da Integração Nacional

F.P.: 06.182.1029.4570.XXXX - RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENÁRIO DE DESASTRES – NO ESTADO DO MARANHÃO (Crédito Extraordinário).

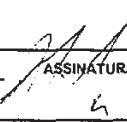
GND: 4 Fonte: 300 M.A.: 90 Valor: R\$ 40.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Especificamente, quanto ao meu querido Estado do Maranhão, infelizmente, temos assistido a situação de emergência vivida por quase 30 municípios, das suas diversas regiões, computando milhares de desabrigados, alojados precariamente, obrigando, a decretação do estado de emergência em vários e importantes municípios, tais como: Alto Alegre do Pindaré, Gonçalves Dias, Governador Archer, Imperatriz, Jatobá, Paço do Lumiar, Pedreiras, Presidente Dutra, Presidente Vargas e Trizidela do Vale.

No Vale do Mearim, a situação mais grave aconteceu nos municípios de Trizidela do Vale e Pedreiras, com o transbordamento do rio, alagando 70% de suas ruas, desabrigando cerca de 300 famílias, as quais também correm o risco de contaminação por doenças, como o tétano e endemias, em função de sua proliferação.

A intensificação das chuvas em na região tocantina, levou ao desalojamento de várias famílias, em função de enchentes e transbordamento de vários riachos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO SARNEY FILHO	MA	PV
DATA	ASSINATURA		
10/04/08			

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00009
MPV 423/2008
Mensagem 0016/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

Medida Provisória nº 423, de 04 de abril de 2008

PÁGINA

D

TEXTO

INCLUA-SE no texto:

Órgão.....53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade.....53101 – Ministério da Integração Nacional
Programática.....1029 – Apoio a obras preventivas de desastres
Funcional.....06.182.1029.4564.0103

SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

Esfera (ESF).....	F
Grupo de Natureza de Despesa (GND)....	3
Resultado Primário (RP).....	2
Modalidade de Aplicação (MOD).....	90
IU.....	0
Fonte.....	300
Valor.	173.333.333,33

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Mato Grosso do Sul é um estado de vasto território, tendo em seu território grande parte da região pantaneira. Nos anos de 2007 e neste ano no Estado do Mato Grosso do Sul, em especial sua capital, Campo Grande, sofreu muitos danos provenientes de desastres. Com isso justifica-se a necessidade de indicar recursos relativos ao apoio à obras preventivas de desastres no Estado do Mato Grosso do Sul.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GERALDO RESENDE

MS

PMDB

DATA

10/04/2008

ASSINATURA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00010
MPV 423/2008
Mensagem 0016/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO _____
Medida Provisória nº 423, de 04 de abril de 2008

PÁGINA
D

TEXTO

ANEXA-SE no texto:

Órgão..... 53000 – Ministério da Integração Nacional
 Unidade..... 53101 – Ministério da Integração Nacional
 Programática..... 1029 – Apoio a obras preventivas de desastres
 Funcional..... 06.182.1027.4564

SOCORRO E ASSISTÊNCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES – NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

Esfera (ESF).....	F
Grupo de Natureza de Despesa (GND)....	3
Resultado Primário (RP).....	2
Mod. lidade de Aplicação (MOD).....	90
IU.....	0
Fonte.....	300
Valor	6.666.666,67

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Mato Grosso do Sul é um estado de vasto território, tendo em seu território grande parte da região pantaneira. Nos anos de 2007 e neste ano no Estado do Mato Grosso do Sul, em especial sua capital, Campo Grande, sofreu muitos danos provenientes de desastres. Com isso justifica-se a necessidade de indicar recursos relativos ao apoio à obras preventivas de desastres no Estado do Mato Grosso do Sul.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GERALDO RESENDE

MS

PMDB

DATA

10/04/2008

ASSINATURA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00011

MPV 423/2008

Mensagem 0016/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

Medida Provisória nº 423, de 04 de abril de 2008

PÁGINA

D

TEXTO

INCLUA-SE no texto:

Órgão..... 53000 – Ministério da Integração Nacional
 Unidade..... 53101 – Ministério da Integração Nacional
 Programática..... 1027 – Apoio a obras preventivas de desastres
 Funcional..... 06.182.1027.8348.4003

APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

Esfera (ESF).....	F
Grupo de Natureza de Despesa (GND)....	4
Resultado Primário (RP).....	2
Modalidade de Aplicação (MOD).....	90
IU.....	0
Fonte.....	300
Valor.....	<u>173.333.333,33</u>

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Mato Grosso do Sul é um estado de vasto território, tendo em seu território grande parte da região pantaneira. Nos anos de 2007 e neste ano no Estado do Mato Grosso do Sul, em especial sua capital, Campo Grande, sofreu muitos danos provenientes de desastres. Com isso justifica-se a necessidade de indicar recursos relativos ao apoio à obras preventivas de desastres no Estado do Mato Grosso do Sul.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	GERALDO RESENDE		MS	PMDB
DATA	ASSINATURA			
10/04/2008	<i>geraldo resende</i>			

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00012
MPV 423/2008
 Mensagem 0016/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO _____
Medida Provisória nº 423, de 04 de abril de 2008

PÁGINA

D

TEXTO

INCLUA-SE no texto:

Órgão.....53000 – Ministério da Integração Nacional
 Unidade.....53101 – Ministério da Integração Nacional
 Programática.....1027 – Apoio a obras preventivas de desastres
 Funcional.....06.182.1027.8348

APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES – NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

Esfera (ESF).....	F
Grupo de Natureza de Despesa (GND)....	4
Resultado Primário (RP).....	2
Modalidade de Aplicação (MOD).....	90
IU.....	0
Fonte.....	300
Valor.....	6.666.666,67

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Mato Grosso do Sul é um estado de vasto território, tendo em seu território grande parte da região pantaneira. Nos anos de 2007 e neste ano no Estado do Mato Grosso do Sul, em especial sua capital, Campo Grande, sofreu muitos danos provenientes de desastres. Com isso justifica-se a necessidade de indicar recursos relativos ao apoio à obras preventivas de desastres no Estado do Mato Grosso do Sul.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GERALDO RESENDE

MS

PMDB

DATA

10/04/2008

ASSINATURA

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Sliessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGs

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) (12)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) (5)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) (3)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. VAGO (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

2. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

VAGO

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/03/2008
Prazo final: 22/12/2008

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Leitura: 25/03/2008

TITULARES

VAGO

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
	8. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾
VAGO ⁽¹⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago, em virtude do Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) (2)
Osmar Dias (PDT) (1)	2. VAGO (2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO (2)	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁸⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB) 2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Sliessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSD)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB (4)	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3972**Fax:** 3311-4315**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. VAGO ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** juloric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (3)	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (4)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
VAGO (5)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1. Adelmir Santana (DEM)	
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgílio de Carvalho (PSC) ⁽⁸⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres
Notas:	
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).	
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)	
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).	
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).	
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).	
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).	

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. VAGO (6)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (5)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) 2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽³⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
VAGO ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO
Notas:	
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)	
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.	
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).	
Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS - Telefone(s): 3311-1120 Fax: 3311-2025 E-mail: scomcct@senado.gov.br	

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Sihessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECASF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
10. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMVAGO ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

VAGO

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 25/03/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 8.2.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

² Eleito em 14.8.07, para o biênio 2007-2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka	a (PMDB-MS)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-5258 e 3311-4561

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 98 PÁGINAS